



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
Câmpus de São José do Rio Preto

**ANA PAULA DE OLIVEIRA**

**A RELAÇÃO ADVERBIAL TEMPORAL NA LUSOFONIA SOB A  
PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL**

**São José do Rio Preto**  
**2013**

ANA PAULA DE OLIVEIRA

**A RELAÇÃO ADVERBIAL TEMPORAL NA LUSOFONIA SOB A  
PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística)

Bolsa FAPESP: Proc. n.º 2011/02204-7

Bolsa BEPE/FAPESP: Proc. n.º 2012/15225-5

Orientador: Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti

São José do Rio Preto  
2013

Oliveira, Ana Paula de.

A relação adverbial temporal na lusofonia sob a perspectiva da gramática discursivo-funcional / Ana Paula de Oliveira. -- São José do Rio Preto, 2013

120 f. : il., tabs.

Orientador: Erotilde Goreti Pezatti

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Funcionalismo (Linguística) 3. Língua portuguesa - Português falado – Advérbio. 4. Análise linguística (Linguística) I. Pezatti, Erotilde Goreti. II. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 41

ANA PAULA DE OLIVEIRA

A relação adverbial temporal na lusofonia sob a perspectiva da Gramática  
Discursivo-Funcional

**COMISSÃO JULGADORA**

**Titulares**

---

Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti – Orientadora  
UNESP – Universidade Estadual Paulista – Câmpus de São José do Rio Preto

---

Prof. Dr. John Lachlan Mackenzie  
Universidade Livre de Amsterdão  
ILTEC – Instituto de Linguística Teórica e Computacional – Lisboa, Portugal.

---

Profa. Dra. Sanderléia Roberta Longhin  
UNESP – Universidade Estadual Paulista – Câmpus de São José do Rio Preto

**Suplentes**

---

Profa. Dra. Talita Storti Garcia  
UNESP – Universidade Estadual Paulista – Câmpus de São José do Rio Preto

---

Profa. Dra. Joceli Catarina Stassi-Sé  
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Câmpus de Três Lagoas

Dedico este trabalho à minha mãe,  
Fátima, por sempre estar ao meu  
lado e jamais ter medido esforços  
para ver meus sonhos realizados.

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho como esse é feito a muitas mãos e esta seção tem por propósito manifestar meus mais sinceros agradecimentos àqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para sua realização.

Por seu papel acadêmico, fundamental a este trabalho, agradeço, primeiramente, à Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti, por esses seis anos de orientação, pela paciência, pelos ensinamentos (não só) acadêmicos, por me encorajar diante do novo, por entender meus “surto”, por sempre ter as palavras certas nos momentos em que mais precisei, por acreditar em mim (mais que eu mesma!) e, especialmente, pela (literal) acolhida nas etapas finais deste trabalho. Se pudermos estabelecer um paralelo entre os universos acadêmico e familiar, a senhora, com certeza, é a melhor “mãe” que um orientando poderia ter.

À minha mãe, Fátima, pelo amor incondicional, pelo cuidado, por sempre ter incentivado meus estudos e trabalhar muito para que eu pudesse me dedicar totalmente a eles; por cuidar da minha casa e dos meus animais durante os quatro meses que estive em Lisboa; por sonhar meus sonhos e, dessa forma, fazer de tudo para que eles se tornem realidade. Enfim, obrigada por existir e por ser minha mãe.

Ao meu “namorado” Eduardo, por ter entendido alguns sábados e domingos que tive que passar lendo, escrevendo ou analisando dados; por compreender a importância do Mestrado-Sanduiche para minha formação e por mostrar-se presente mesmo quando eu estava do outro lado do oceano; por acreditar em mim, por me apoiar e mostrar que está cumprindo com sua palavra ao permanecer ao meu lado nas “alegrias e tristezas” proporcionadas pelo universo acadêmico.

À memória de minha avó Ercília, que mesmo tendo frequentado a escola por pouco tempo, soube inculcar em mim o gosto pelo conhecimento, principalmente pela leitura e escrita. Foi ela quem me ensinou as primeiras letras, quem me ajudou a escrever as minhas primeiras cartinhas às professoras. Com ela aprendi os mais simples e preciosos ensinamentos que levarei comigo por toda a vida.

Aos meus tios, tias e avós, que mesmo sem saberem exatamente o que faço, sempre demonstraram apoio. À minha tia Vera, por todas as vezes que foi obrigada por minha avó a me dar um *nápis* de escrever e me deixar ficar na mesa enquanto fazia as tarefas de escola; Ao meu tio Jair, pelas muitas vezes que me ajudou com as tarefas de Língua Portuguesa; ao meu

tio Cido, por sempre me levar à rodoviária nos dias de chuva para que eu pudesse tomar o ônibus e vir a Rio Preto; à minha Tia Cidinha, que sempre quis que eu “falasse corretamente” desde criança e, recentemente, cuidou das minhas contas enquanto estive em Portugal; à minha Tia Regiane, pelo incentivo constante e pela grande torcida para que tudo desse certo em Lisboa.

A meu pai, Paulo, pelo incentivo para que eu realizasse o Mestrado-Sanduíche e para que eu continue a trilhar esses caminhos.

Ao meu padrasto, César, pelo incentivo e principalmente por ter ajudado a convencer minha mãe sobre os benefícios do Sanduíche em Lisboa.

Aos meus amados animais Morgana, Murilo, Adelaide e Leôncio, que me fizeram companhia durante grande parte da elaboração desse trabalho e, por muitas vezes, aliviaram minha tensão e me fizeram sorrir.

Ao Prof. Dr. Lourenço Chacon, por ter feito minha estadia em Lisboa mais agradável (ainda!) e por ter sido meu “orientador não-convencional” nesse lugar. Agradeço também as sugestões de epígrafe.

Ao Prof. Dr. Lachlan Mackenzie, por ter aceitado me orientar durante o Sanduíche e sempre procurar sanar todas minhas dúvidas, inclusive as mais simples, com enorme dedicação, humildade, paciência, simpatia e doçura. Agradeço também por ter aceitado participar de minhas bancas de Qualificação e Defesa.

À professora Maria Helena Mira Mateus e a toda equipe do ILTEC por abrirem as portas desse instituto para que eu pudesse realizar as etapas finais deste trabalho.

À minha gauchíssima amiga Roberta (Mizi), grande companheira de aventuras na terrinha, pelos cochichos (proibidos!) e bons cafés na biblioteca da Universidade de Lisboa.

À Fernanda, minha amiga “genius-mor”, pela amizade, pelas batatas regadas à Coca-Cola na cantina, por ouvir minhas lamentações acadêmicas, por corrigir meus textos em inglês, por atender a meus pedidos desesperados de última hora (e sempre dizer: “Tudo bem, Ana!”), e muito mais! Minha missão como filha única foi escolher uma irmã mais que especial: você!

Às amigas Geovana e Priscilla: Gi, obrigada por sempre tentar mostrar que o desespero nunca é o melhor caminho e ter sempre belas palavras de conforto e incentivo; Pri, obrigada por não ter permitido que as nossas diferenças fossem maiores que nossa amizade. Às duas agradeço por sempre arranjam uma brechinha na agenda pra nos encontrarmos,

rirmos (bastante!) e matarmos as saudades. A trajetória acadêmica (e outras, também!) fica mais fácil e alegre na companhia de vocês duas!

Às meninas do apartamento 12 B, em especial à Débora, amiga de longa data, por sempre ceder aquele cantinho em seu quarto e tornar minha estadia mais agradável.

Aos membros do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional, pelas contribuições dentro e fora da nossa sala de reuniões. Deixo aqui meu agradecimento especial à Aliana, que realizou o levantamento dos dados oracionais utilizados nesta pesquisa e sempre se lembra de mim quando lê algo sobre Tempo.

Ao Prof. Dr. Juliano Desiderato Antônio, pelas contribuições durante o debate de meu trabalho no IV SELIN.

À Prof. Dra. Talita Storti Garcia, pelas excelentes contribuições no Exame de Qualificação.

À Profa. Sanderléia Longhin, por ter gentilmente aceitado fazer parte de minha banca de Defesa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos pelas contribuições em minha formação.

A todos os funcionários do IBILCE, especialmente aos da Seção de Pós-Graduação, aos responsáveis pelo ponto de apoio da FAPESP e às secretárias do diretor e vice-diretora, por sempre darem um jeitinho quando precisei “daquele documento” ou “daquela assinatura”.

À FAPESP, pela bolsa de pesquisa no país e pela inovadora bolsa de estágio de pesquisa no exterior, cedida ainda durante o Mestrado.

Por fim, agradeço àquela minha professora da sétima série que, por não saber responder à minha dúvida sobre o que era um advérbio, solicitou-me uma pesquisa para o dia seguinte. Eu nem imaginava, mas era meu primeiro levantamento bibliográfico e o início de uma grande paixão por essa classe gramatical, pela morfologia e sintaxe, ainda que tradicionais. O que posso dizer é que, atualmente, as paixões continuam as mesmas, mas mudaram de plano: passaram ao plano da Linguística e, juntas, resultaram nessa dissertação.

Por seres tão inventivo  
E pareceres contínuo  
Tempo tempo tempo tempo  
És um dos deuses mais lindos...

Caetano Veloso

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>Capítulo 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	20
1.1 A Gramática Funcional .....	21
1.2 A Gramática Discursivo-Funcional.....	25
1.2.2 A organização em níveis e camadas.....	30
1.2.2.1 Nível Interpessoal .....	31
1.2.2.2 Nível Representacional.....	35
1.2.2.3 Nível Morfossintático .....	39
1.2.2.4 Nível Fonológico .....	42
<b>Capítulo 2: A RELAÇÃO TEMPORAL NA LITERATURA</b> .....	46
2.1 O conceito de subordinação .....	46
2.2 Advérbios, locuções adverbiais e orações adverbiais .....	55
2.3 A categoria semântica tempo .....	64
<b>Capítulo 3: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	72
3.1 Camada.....	74
3.2 Natureza do Tempo .....	74
3.3 Natureza da relação temporal.....	74
3.4 Identidade entre os participantes.....	74
3.5 Factualidade .....	75
3.6 Modo verbal .....	75
3.7 Tempo verbal .....	76
3.8 Morfema introdutor .....	76
3.9 Posição .....	76
3.10 Interferências prosódicas.....	77
<b>Capítulo 4: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS</b> .....	78
4.1. Tempo: particularidades da categoria semântica .....	78
4.1.1 O Tempo absoluto .....	80
4.1.1.1 Tempo absoluto oracional.....	86
4.1.1.2 Tempo absoluto não-oracional .....	93
4.1.2 O Tempo relativo.....	100

4.1.2.1 O Tempo relativo não-oracional.....	102
4.1.3 Questões difíceis.....	105
4.1.3.1. A camada do Episódio.....	105
4.1.3.2 Relatividade interna ao sintagma.....	109
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>115</b>

## LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

### Capítulo 1

Figura 01. Modelo de interação verbal (Dik, 1989, p. 8) .....	23
Figura 02. GDF como parte de uma teoria mais ampla de interação verbal (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 06) .....	28
Figura 03. Esquema Geral da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.13) .....	29
Quadro 01. Categorias Semânticas (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 136).....	38
Quadro 02. Correspondências entre classes de palavras Lexicais e Gramaticais (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 401, adaptado).....	42

### Capítulo 2

Figura 04. Parataxe e Encaixamento (LEHMANN, 1988, p. 189, adaptado) .....	48
Figura 05. Representação do Tempo (Comrie, 1985, p.2) .....	64
Quadro 03. Presente, passado e futuro .....	65
Quadro 04. Presente, passado e futuro relativo .....	66
Quadro 05. Representação geral do Tempo proposta por Comrie (1985).....	67

## RESUMO

Este estudo trata da relação temporal na lusofonia e tem por objetivo central fornecer uma descrição dessa categoria semântica, morfossintaticamente expressa por advérbios, sintagmas ou orações. A fim de cumprir nosso objetivo, tomamos como base a perspectiva teórica da Gramática Discursivo-Funcional, desenvolvida por Hengeveld & Mackenzie (2008), a partir do modelo da Gramática Funcional de Dik (1989, 1997a, 1997b). O universo de investigação desta pesquisa é constituído por ocorrências reais de uso extraídas do *corpus* “Português oral”, elaborado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com outras duas universidades. Essas ocorrências são, por sua vez, submetidas a uma série de parâmetros de análise que perpassam os quatro níveis de análise propostos pela Gramática Discursivo-Funcional: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico. Os resultados mostram que o Tempo Absoluto ocorre com muito mais frequência do que o Tempo Relativo e, além disso, a codificação de ambos se dá, preferencialmente, por meios não-oracionais, isto é, por Palavras e Sintagmas. Além disso, o Tempo absoluto expressa relações simultâneas entre o evento e a expressão temporal, enquanto o Tempo relativo codifica relações de anterioridade e posterioridade temporal. Dessa forma, como a teoria da Gramática Discursivo-Funcional entende que expressões temporais absolutas podem ocupar a posição de modificador na camada do Episódio e expressões temporais relativas ocupam essa mesma posição na camada do Estado-de-Coisas, em português, relações de simultaneidade expressam-se na camada do Episódio e relações de anterioridade e posterioridade expressam-se na camada do Estado-de-Coisas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gramática Discursivo-Funcional; Lusofonia; Tempo; Advérbio de tempo; Oração temporal.

## **ABSTRACT**

This study is proposed to investigate the temporal relationship in Lusophone and aims to provide a central description of this semantic category, morphosyntactically expressed by adverbs, phrases or clauses. In order to accomplish our object, we take as basis the theoretical perspective of Functional Discourse Grammar, developed by Hengeveld & Mackenzie (2008), from the model of Functional Grammar Dik (1989, 1997a, 1997b). The research universe consists of actual occurrences extracted from the corpus “Português Oral”, organized by the Linguistics Centre of University of Lisbon, in partnership with two other universities. These occurrences were subjected to a number of parameters, which pervade the four levels of analysis proposed by the Functional Discourse-Grammar: Interpersonal, Representational, Morphosyntactic and Phonological. The results show that Absolute Time occurs much more frequently than Relative Time and, in addition, the dominant strategy of coding in both types are non-clausal means, that is, words and phrases. Furthermore, absolute Time expresses a simultaneous relation between the event and temporal expression, while relative Time encodes anteriority and posteriority relations. Therefore, as the theory of Functional Discourse-Grammar understands that absolute temporal expressions can occupy modifier position at Episode layer and relative temporal expressions occupy this same position at State-of-affairs layer, in Portuguese, simultaneity takes place at Episode layer; anteriority and posteriority takes place at State-of-affairs layer.

**KEYWORDS:** Functional Discourse-Grammar; Lusophone; Time; Adverb of time; Time clause.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo trata das relações de tempo na lusofonia, como as destacadas em (01), (02) e (03):

(01) E acha que os pais **actualmente** podem fazer alguma coisa? (PT95:JuventudeOntemHoje)

(02) A menina **no futuro** vai dar mais trabalho, não é. (Bra80: CriarFilhos)

(03) **Quando eu cheguei aqui**, eu tirei foto para caramba. (Bra80:SurpresasFotografia)

Como se observa, a relação temporal pode ser expressa por advérbio, como *atualmente*, em (01), locução adverbial, como *no futuro*, em (02) e por oração, como *quando eu cheguei aqui*, em (03). Em todos esses casos, a expressão temporal estabelece o tempo de ocorrência do evento descrito na oração principal. Em (01), o advérbio *actualmente* localiza temporalmente o evento descrito na oração *os pais podem fazer alguma coisa*. Do mesmo modo, em (02), a locução adverbial *no futuro* localiza temporalmente o evento *a menina vai dar mais trabalho*. Na ocorrência (03), por seu turno, a oração *quando eu cheguei aqui* localiza temporalmente o evento *tirei foto pra caramba*.

Como se vê, o tema deste estudo está relacionado a diferentes conceitos: advérbio, locução adverbial e subordinação adverbial.

Tradicionalmente, o advérbio é definido como modificador do verbo; entretanto, alguns autores ampliam seu escopo, afirmando que essa classe pode modificar não somente o verbo, mas todas as classes gramaticais (exceto artigo e interjeição) e até mesmo a oração. De modo geral, advérbios são tradicionalmente classificados como termos que indicam: afirmação, dúvida, intensidade, lugar, modo, negação e tempo. Segundo Cunha e Cintra (1985, p. 531), a Nomenclatura Gramatical Brasileira inclui nessa classificação os advérbios de ordem, exclusão e designação, embora os considere um grupo à parte, uma vez que não

apresentam as características “normais” dessa classe. Os advérbios de tempo, tal como os demais, recebem pouca atenção, uma vez que, de modo geral, apenas são relacionados a exemplos, sem um tratamento especial.

Segundo Cunha e Cintra (2008, p. 558), denomina-se locução adverbial o conjunto de duas ou mais palavras que funciona como advérbio. Essas palavras que formam a locução são, geralmente, uma preposição, que pode estar associada a um substantivo (mais recorrente), a um adjetivo ou até mesmo a um advérbio. Tal como ocorre com os advérbios, os gramáticos não se empenham em descrever nenhuma das funções semânticas desempenhadas pelas locuções, conformando-se apenas com a simples exemplificação de cada uma delas. Bechara (1999, p. 289), no entanto, ao tratar das locuções adverbiais, destaca o papel da preposição, afirmando que é ela a responsável por fazer com que a palavra que lhe está associada exerça uma função que não lhe é própria, como se nota em (04), em que preposição *de* prepara o substantivo *noite* para exercer a função de adjunto adverbial de tempo:

(04) se tiver um tratamento bom no Prado elas não andam muito tempo *de* *noite*.(PT97:SerPastor)

A indicação de tempo expressa por meio de oração, por outro lado, está diretamente relacionada ao conceito de subordinação. São consideradas subordinadas orações que exercem funções sintáticas na sua oração principal e equivalem a um substantivo, a um adjetivo ou a um advérbio.

Cunha e Cintra (1985, p. 573), por exemplo, ao tratarem de orações temporais, partem das conjunções, pois entendem que o simples agrupamento desses conectivos de acordo com a função semântica que desempenham será suficiente na classificação dos diversos tipos de orações adverbiais. Assim, sua análise fica restrita às conjunções que as

introduzem. Já Bechara (1999, p. 471) considera as orações temporais como as “adverbiais propriamente ditas”, uma vez que são as únicas que podem desempenhar a função de advérbio ou locução adverbial.

Na verdade, não se encontra uma definição precisa do que seja a relação temporal na literatura tradicional, já que a preocupação reside, basicamente, em aspectos estruturais, seja em relação aos advérbios e locuções, seja em relação às orações. Embora o tratamento das funções desempenhadas por esses termos possa esboçar uma tentativa de transpor essa barreira formal, ao tentar dar explicações ao fenômeno recorrendo a critérios que não sejam puramente estruturais, isso não se concretiza, pois esbarra na classificação estanque desses constituintes, refletida na simples exemplificação das circunstâncias por eles desempenhada.

De uma perspectiva linguística, Neves (2000) oferece um tratamento mais aprofundado à classe dos advérbios, de modo geral. A autora afirma que, morfologicamente, o advérbio é invariável; sintaticamente, é uma palavra periférica e, portanto, é considerado satélite de um determinado núcleo e, quanto à função, são separados como advérbios modificadores e não-modificadores.

Os advérbios de tempo, para Neves (2000, p. 239), não operam sobre o valor de verdade das orações. Para ela, são classificados como advérbios não-modificadores, uma vez que não afetam o elemento sobre o qual incidem, isto é, não predicam sobre suas propriedades. Advérbios de tempo integram, juntamente com os de lugar, o grupo dos advérbios circunstanciais. Segundo a autora, o tempo e lugar são considerados dêiticos porque fazem orientação por referência ao falante e ao *aqui-agora*, que constituem o complexo modo-temporal que fixa o ponto de referência do evento de fala. (NEVES, 2000, p. 256).

Mesmo como um dos poucos trabalhos na área da linguística que dispensam atenção à temática do tempo manifesto por meio de advérbio, o trabalho de Neves (2000), por ser uma gramática, não se dedica a esse tema a ponto de fornecer uma descrição completa dessa

categoria no português.

Ilari *et al* (1989) também fazem parte do grupo de linguistas que empenharam-se na descrição dessa classe. A investigação que propõem é motivada pela inviabilidade dos critérios morfológico, sintático e nocional propostos pela Gramática Tradicional para classificar uma palavra como advérbio, uma vez que, de fato, poucos itens dessa classe atendem aos três requisitos.

Nessa perspectiva, os autores classificam os advérbios de acordo com a função em predicativos e não-predicativos e de acordo com o tipo de unidade sintática em advérbios sentenciais e de constituinte. Advérbios predicativos predicam sobre a qualidade ou sobre a ação que se atribui ao sujeito; advérbios não-predicativos, por sua vez, são aqueles que não instituem qualquer modificação de sentido e incluem os advérbios de negação e os circunstanciais. Embora façam parte do subgrupo dos advérbios circunstanciais, assim como a maior parte dos itens desse subgrupo, advérbios de tempo integram a categoria dos dêiticos e, por isso, não são tratados pelos autores.

Dentro da perspectiva funcionalista, há trabalhos como os de Souza (1996) sobre orações temporais sob as óticas de Halliday (1985) e Dik (1989), e de Braga (1997) que, apoiando-se em vários autores funcionalistas, investiga esse tipo de oração detendo-se em fatores como ordem e função discursiva. Entretanto, embora esses trabalhos versem sobre o tempo adverbial, focalizam apenas uma de suas formas de manifestação, a oracional.

Trabalhos que tratam do tempo em sua forma oracional, de modo geral, apoiam-se em *córpus* compostos por textos na modalidade escrita, sendo também comum, como se vê em Decat (1995), a preocupação em vincular a forma de manifestação dessa categoria semântica à tipologia textual estudada.

Grande parte dos trabalhos contempla a manifestação do tempo por meio de outros mecanismos, fazendo-se então uma distinção entre *Tense* (tempo verbal) e *Time* (tempo não-

verbal). Há também aqueles que se preocupam em tratar o tempo no desencadeamento da cadeia narrativa.

Essa carência de trabalhos voltados à temática do tempo não-verbal no português foi verificada ainda durante a realização de duas pesquisas de iniciação científica, cujo objetivo consistia em investigar a relação temporal, primeiramente, no português falado na região de São José do Rio Preto<sup>1</sup>, interior de São Paulo e, posteriormente, em dezoito línguas amazônicas<sup>2</sup>.

O primeiro estudo teve como principal objetivo o levantamento da bibliografia pertinente para o tema em questão. Foi por meio desse levantamento que pudemos concluir, de fato, que a Gramática Tradicional apresenta um tratamento limitado não só da classe dos advérbios de tempo, mas também das questões que envolviam a subordinação adverbial de tempo. A Linguística, por sua vez, nos poucos trabalhos que tratam do tema, mostra que nenhum deles apresenta uma caracterização que contemple as diversas formas de manifestação do tempo adverbial; ao contrário, tratam separadamente o tempo expresso por advérbios e o tempo expresso por orações.

O estudo sobre as línguas indígenas mostra que a codificação do tempo adverbial pode se manifestar por meio de advérbios, como em (05), em que o advérbio *ko'manpra* (ontem) marca o momento da *ida ao Maracanã*; por sintagmas nominais, como mostra (06), em que o sintagma *niwe-mia amuși* (Sol alto, meio-dia) determina o tempo de ocorrência da *vinda pela estrada*, e por orações, como em (07), em que o tempo de ocorrência da oração

---

<sup>1</sup> O trabalho de iniciação científica *A relação adverbial no português*, realizado no Departamento de Estudos Linguísticos e Literários do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas entre outubro de 2007 e julho de 2008, sob supervisão da orientadora do trabalho que ora se apresenta, consistiu na análise de doze inquéritos extraídos do *cópus* Iboruna. Este corpus constitui um banco de dados anotado com amostras do português falado na região de São José do Rio Preto, desenvolvido pelo GDGF, sob a coordenação do Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP Proc. 03/08058-6).

<sup>2</sup> O segundo trabalho de iniciação científica, intitulado *A expressão da relação adverbial temporal nas línguas indígenas brasileiras*, também foi supervisionado pela orientadora dessa dissertação e consiste na análise de ocorrências de marcação do tempo não-verbal extraídas do *cópus* constituído por 18 gramáticas referentes a 18 línguas indígenas amazônicas. Foi realizado no mesmo departamento e instituto mencionados na nota anterior e recebeu apoio financeiro da FAPESP (Proc. 2008/04502-2).

principal é marcado pela conjunção *rahã* (quando) que, ao contrário do português, ocupa a posição final na oração temporal:

- (05) **ko'manpra** uutî-pî Marakkan pona  
**ontem** 1:ir-PAST Maracanã ao

Ontem eu fui ao Maracanã.

Macushi (Abott 1991: 30)

- (06) **niwe-mia amuși** ni-fa-tfi-wa tenepu numa-wa  
**alto-PERF Sol** 3pl-ir-REP-NONACC estrada boca-PERL

Quando o Sol estava alto, eles vieram pela estrada.

Warekena (AIKHENVALD, 1998, p. 281)

- (07) se a - jur we **rahã** ihe a- jo'ok  
aqui 1SG-vir de novo **quando** eu 1SG-conseguir

ta ky  
FUT FUT.PROP.DEF.

Quando eu vier de novo, conseguirei isso com certeza.

Urubu-Kaapor (KAKUMASU 1986, p. 335)

Há línguas que manifestam o tempo por meio de afixos acoplados ao verbo, como Warekena, exemplificada em (08), em que o afixo *bena* (quando) é acoplado ao verbo *ełita* (mordiscar) para marcar a simultaneidade temporal. Outras, como Bororo, se valem de estruturas justapostas para expressar a relação de tempo entre dois eventos, como mostra (09):

- (08) ełita-łi-**bena**-hã ya-ba faka-pia-hã  
mordiscar-REL-**quando**-PAUS NEG-rasgar-NEG-PAUS

Quando o espírito maligno mordisca o gado, ele não pode rasgá-lo.

Warekena (AIKHENVALD, 1998, p. 281)

(09) Uture pëbëtë. Di-rekodaji-re merure<sup>3</sup>.

‘Ele foi para o rio. **Depois** ele caçou.’

Bororo (CROWELL, 1979, p. 247)

Além disso, como integrante do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional<sup>4</sup>, participo do projeto “Construções subordinadas nas variedades lusófonas: uma abordagem discursivo-funcional”, cujo objetivo é investigar o processo de subordinação na lusofonia, investigando a relação temporal, de que resultou essa dissertação. Diferentemente do trabalho desenvolvido no grupo de pesquisa, que contempla apenas a subordinação entre orações, esta investigação trata também, como já mencionado, da manifestação do tempo na forma adverbial e sintagmática.

A proposta deste estudo consiste em fornecer uma descrição do tempo não-verbal no português, em diferentes formas de manifestação, levando em conta os componentes pragmáticos, semânticos e morfossintáticos envolvidos, investigando as motivações funcionais subjacentes à relação entre essas estruturas morfossintáticas usadas para codificar as relações temporais e as situações conceituais que elas expressam.

Para dar conta dessa tarefa, toma como base o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), proposta por de Hengeveld e Mackenzie (2008). Esse modelo teórico, de cunho funcionalista, tem como precursor a Gramática Funcional de Dik (1989, 1997a, 1997b).

A escolha desse modelo justifica-se por duas principais razões: em primeiro lugar, essa teoria procura relacionar a escolha das estruturas utilizadas nos enunciados às intenções comunicativas, ou seja, pressupõe a produção de enunciados a partir da intenção comunicativa do falante; em segundo lugar, sua estruturação em camadas possibilita uma explicação mais

---

<sup>3</sup> A gramática de onde o exemplo foi extraído não fornecia a glosa, mas apenas a tradução.

<sup>4</sup> O Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), coordenado pela Profa. Dra. Erolde Goreti Pezatti, investiga o português escrito e falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional, proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008). As reuniões ocorrem às sextas-feiras, das 14h30 às 16h30, na UNESP/São José do Rio Preto.

adequada das diversas formas de manifestação do tempo adverbial no português. Na GDF, a relação temporal ocupa a posição de modificador de um núcleo, que pode ser um Estado-de-Coisas ou um Episódio.

Para atender ao princípio de uma teoria funcional, são analisadas ocorrências reais de uso extraídas do *cópus Português Oral* organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha, que compreendem amostras do português falado na África, Brasil, Portugal e Timor-Leste, que será mais bem detalhado no capítulo 3.

O texto organiza-se em quatro capítulos. O primeiro, a “Fundamentação Teórica”, apresenta a teoria da GDF, partindo de sua precursora, a Gramática Funcional de Dik.

O segundo capítulo, denominado “A relação temporal na literatura” apresenta, primeiramente, uma discussão sobre o conceito de subordinação, relevante para a investigação que ora se propõe e, em seguida, expõe os aspectos que buscam caracterizar e definir a categoria semântica Tempo.

O terceiro capítulo, “Procedimentos Metodológicos”, apresenta o *cópus* do qual foram extraídas as ocorrências da relação temporal, bem como expõe os parâmetros que norteiam a análise de nossos dados.

O quarto capítulo, “Análise e Interpretação dos Dados”, apresenta a análise das ocorrências de relação temporal, de acordo com a teoria da Gramática Discursivo-Funcional, relacionando-as aos quatro níveis propostos por essa teoria.

Nas considerações finais, apresentamos uma síntese dos principais resultados alcançados em nossa investigação e alguns apontamentos referentes à teoria que embasa nossa análise.

## CAPÍTULO 1

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste primeiro capítulo, apresentaremos a teoria que embasa nosso trabalho, bem como as razões que nos levaram a essa escolha.

Os trabalhos desenvolvidos na área da Linguística dividem-se em dois grandes enfoques: formal e funcional. O viés formal tem como maior representante o Gerativismo de Chomsky (1965), que se caracteriza por conceber a língua como uma estrutura mental, inerente ao ser humano e, portanto, abstrata.

Como evidenciado no título, este é um trabalho de cunho funcionalista. Segundo Pezatti (2004, p. 168), são características do Funcionalismo (i) conceber a linguagem como um instrumento de comunicação e interação social e (ii) ter um objeto de estudos baseado no uso real da língua.

A abordagem funcionalista nos permite realizar de forma mais eficaz a descrição que aqui propomos, uma vez que será feita a partir da análise de ocorrências extraídas de um corpúsculo oral que demonstram, portanto, uso efetivo da língua em situações reais de interação.

Entretanto, apenas dizer que a orientação teórica deste trabalho está voltada para o Funcionalismo linguístico não basta, uma vez que o termo funcional tem sido vinculado a vários modelos teóricos.

Segundo Nichols (1984, apud Butler 2003a, p. 30), as teorias funcionalistas podem ser do tipo ‘moderada’ e ‘extrema’. O ‘divisor de águas’ entre essas duas correntes é o fato de que funcionalistas ‘extremos’, além de defenderem que os fenômenos gramaticais e as categorias emergem das necessidades discursivas, também rejeitam a gramática ser considerada um sistema estrutural.

Funcionalistas moderados, apesar de partilharem da ideia de que a gramática se ajusta/adapta ao uso, aceitam também que, em termos sincrônicos, a gramática de uma língua é também um sistema, que deve ser descrito e correlacionado com função no discurso. Nos termos de Butler (2003), esse posicionamento caracteriza uma abordagem estrutural-funcional e é justamente nesse tipo de orientação funcional que se enquadra a Gramática Discursivo-Funcional, proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), base teórica para esta pesquisa.

Com base em Dik (1986), Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 26) afirmam que a GDF pode ser entendida como uma abordagem de análise linguística baseada na crença de que as propriedades dos enunciados se moldam às intenções comunicativas que o falante busca concretizar em situações de interação.

A característica central dessa teoria é descrever e, na medida do possível, explicar as propriedades formais (morfossintáticas e fonológicas) dos Atos Discursivos a partir de uma perspectiva funcionalista. Por essa razão, julgamos que a teoria escolhida é capaz de atender nossas necessidades na tarefa de descrever a categoria semântica Tempo no português, uma vez que nos permite observar quais as estruturas utilizadas na codificação dessa relação, bem como as situações conceituais que expressam.

A seguir, trataremos mais detalhadamente da teoria da GDF. Para dar início a essa discussão, tomamos como ponto de partida a teoria de Simon Dik (1989, 1997a, 1997b), a partir da qual se desenvolveu.

## **1.1 A Gramática Funcional**

A Gramática Funcional holandesa consiste em uma teoria proposta pelo linguista Simon Dik (1989, 1997a, 1997b) e mostra-se como precursora da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008).

Ao apresentar sua teoria, Dik (1997a) aponta-nos, logo no início, sua principal preocupação: explorar a maneira como opera o ULN - usuário de uma língua natural - ao produzir enunciados. Para tanto, o autor propõe a criação do chamado “modelo de usuário de língua natural”, demonstrando que a capacidade de operar com uma dada língua envolve muito mais que a própria capacidade linguística, isto é, exige do falante o trabalho paralelo com outras capacidades humanas de maior complexidade, tais como capacidade epistêmica, lógica, perceptual e social. Segundo o autor, a Gramática Funcional tem por tarefas reconstruir parte da capacidade linguística desse usuário de língua e tratar da organização gramatical das línguas naturais.

Segundo Dik (1997a), a Gramática Funcional deve levar em consideração três importantes padrões de adequação:

(i) Adequação pragmática: a teoria deve revelar as propriedades das expressões linguísticas que são relevantes à maneira como elas são utilizadas. Isso deve ser feito de modo que essas propriedades possam ser relacionadas às regras e princípios que regem a interação verbal.

(ii) Adequação psicológica: a teoria deve relacionar-se estritamente com modelos psicológicos de competência e comportamento linguístico, subdivididos em modelos de produção e de compreensão.

(iii) Adequação tipológica: a teoria deve ser capaz de providenciar gramáticas a línguas de qualquer tipo e, ao mesmo tempo, levar em conta suas similaridades e diferenças.

Ao contrário do paradigma formal, que considera uma sintaxe autônoma regendo a semântica e a pragmática, no paradigma funcional é a pragmática o componente mais abrangente, englobando a semântica que, por sua vez, engloba a sintaxe. Embora pareça óbvia, essa hierarquia apresenta total relação com um dos principais fundamentos da teoria da gramática funcional holandesa: a interação verbal.

Nessa perspectiva, regras pragmáticas e semânticas são responsáveis pela formação e utilização das expressões linguísticas, as quais se tornam instrumentos para que a interação se realize.

De acordo com Dik (1989), a produção das expressões linguísticas no processo de interação social depende de três fatores:

- (i) da intenção do falante
- (ii) da sua capacidade pragmática
- (iii) da antecipação que ele faz da interpretação do destinatário

Na perspectiva do destinatário, por sua vez, depende:

- (i) da expressão linguística
- (ii) da sua informação pragmática
- (iii) do seu julgamento sobre a intenção do falante

Baseado nesses fatores, Dik (1989) propõe o seguinte modelo de interação verbal:

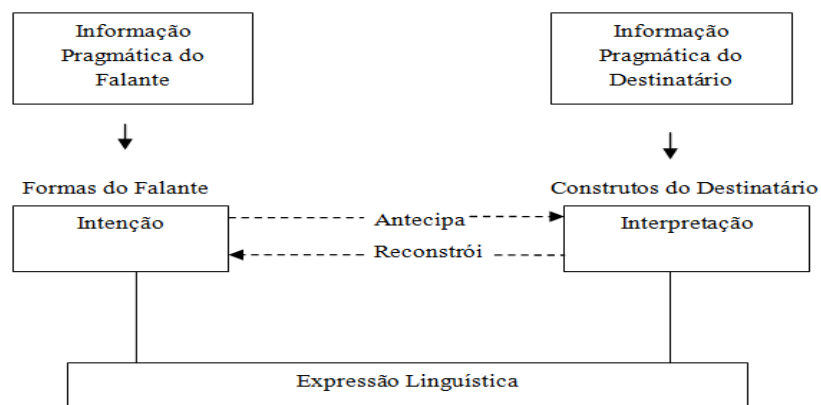


Figura 01: Modelo de interação verbal (Dik, 1989, p. 8)

De acordo com o modelo, falante e ouvinte dispõem de um grande estoque de informação pragmática, isto é, crenças, conhecimento de mundo e conhecimento partilhado. Ao elaborar um enunciado, o falante espera modificar a informação pragmática de seu destinatário e, para tanto, deve dispor de uma intenção comunicativa e elaborar uma espécie de plano mental para cumprir seu propósito.

Visando seus objetivos, o falante antecipa a interpretação que o destinatário possa atribuir à expressão linguística. Esse último, por seu turno, interpreta a expressão linguística com base em sua informação pragmática e na imagem que faz de seu interlocutor – bem como de sua intenção, buscando, assim, reconstruir a intenção comunicativa do falante.

Tendo isso em vista, depreende-se que o foco do processo de interação verbal não está na mera troca de expressões linguísticas, mas sim na modificação da informação pragmática do interlocutor. O autor chama atenção para o fato de que as expressões linguísticas não estabelecem a interação, mas apenas medeiam-na.

Apesar das contribuições de Dik para a linguística funcional, havia uma clara preocupação em expandir o modelo proposto: considerar a interação verbal como troca de sentenças isoladas parecia ir contra os próprios princípios da teoria, uma vez que é calcada na pragmática.

Buscando sanar essas e outras lacunas apontadas no modelo da Gramática Funcional, surge a Gramática Discursivo-Funcional, proposta por Hengeveld e Mackenzie, inicialmente, em 2005, com o intuito de propor uma gramática que ultrapassasse os limites da sentença.

Na próxima seção, trataremos detalhadamente da arquitetura e dos principais conceitos dessa nova proposta.

## 1.2 A Gramática Discursivo-Funcional

A GDF é uma teoria capaz de explicar os fenômenos que envolvem a interação entre os níveis pragmático, semântico e morfossintático, bem como de analisar unidades menores e maiores que a oração.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2009), a GDF concebe o usuário da língua como conhecedor tanto das unidades funcionais e formais da língua como das maneiras pelas quais essas unidades podem ser combinadas. Esse conhecimento apresenta elevado grau de estabilidade, de tal forma que pode ser comparado entre as línguas, revelando as tendências universais na estrutura linguística, como estudado na tipologia.

É por essa razão que a tipologia linguística, responsável pelo estudo dos princípios subjacentes à variação entre as línguas do mundo, desempenha um papel fundamental nessa teoria e mostra-se como uma das suas principais fontes de inspiração.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a GDF pode ser caracterizada por sua organização descendente, ou seja, parte das intenções linguísticas do falante e, passados pelos outros níveis, chega ao nível fonológico, ou seja, à materialização do enunciado.

A escolha da organização *top-down* não é aleatória, uma vez que, segundo os autores, a eficácia de um modelo pode ser mensurada pelo grau de aproximação que há entre sua forma de representação do fenômeno linguístico e o real processo de produção linguística. Além disso, estudos psicolinguísticos evidenciam que a produção linguística consiste em um processo organizado descendentemente, o que não significa, de modo algum, dizer que a GDF é um modelo do falante, mas sim uma teoria que procura aliar as evidências psicolinguísticas à elaboração de sua teoria gramatical. Ao considerar essa mesma teoria como “um modelo que representa os fatos linguísticos”, Hengeveld (2004b, p. 367) propõe que a GDF não deve ser concebida como um modelo para o processo comunicativo, mas sim como um modelo

gramatical cujos padrões **refletem** esse processo.

Uma teoria gramatical com orientação para o discurso deveria, necessariamente, considerar unidades de análise que fossem além ou aquém dos limites da oração. Isso justifica o fato de a GDF adotar como unidade básica de análise o Ato Discursivo, isto é, unidades que podem ser expressas linguisticamente por orações, fragmentos de orações, sintagmas ou palavras. Nos termos de Kroon (1995, apud Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 04), um Ato Discursivo pode ser entendido como “a menor unidade identificável do comportamento comunicativo”.

A organização descendente da GDF distingue quatro níveis de organização linguística: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico. Os níveis Interpessoal e Representacional compreendem as operações de Formulação e, portanto, são responsáveis por elaborar, respectivamente, regras pragmáticas e semânticas. Já os níveis Morfossintático e Fonológico compreendem as operações de Codificação e, portanto, são responsáveis por codificar essas regras.

Segundo os autores, a existência desses quatro níveis justifica-se pela possibilidade de haver referência anafórica entre eles, o que significa dizer que esses níveis devem estar disponíveis como antecedentes potenciais nas representações subjacentes. Os exemplos a seguir ilustram essa possibilidade:

(01) Nível Interpessoal

A. Saia daqui!

B. Não fale comigo *assim*!

(02) Nível Representacional

A. Há muitos semáforos nessa cidade!

B. Não reparei **nisso**!

Em (1b), o elemento anafórico “assim” retoma a estratégia comunicativa escolhida por A, o que é um indício da presença do nível Interpessoal na representação subjacente de (1b). O exemplo (2b), por sua vez, traz o termo ‘nisso’, que retoma a situação do mundo exterior descrita em A, uma referência puramente semântica, característica do nível Representacional.

As referências anafóricas dos exemplos a seguir são diferentes, no sentido de que são de natureza metalinguística. Em (3b), ‘assim’ não se refere à entidade descrita por *chuletas de cordero*, mas ao sintagma ‘chuletas de cordero’ em si. Tal sintagma constitui uma unidade morfossintática, o que nos leva a concluir que ele está presente na estrutura morfossintática subjacente e pode, portanto, funcionar como um antecedente de referência anafórica. Segue-se o mesmo raciocínio em (4b), com a ressalva de que o antecedente é uma unidade fonológica, ao invés de sintática:

(03) Nível Morfossintático

A. Eu comi *chuletas de cordero* ontem.

B. É **assim** que vocês dizem ‘*lamb chops*’ em espanhol?

(04) Nível Fonológico

A. Eu comi /tʃu'letasdekor'dero/ ontem.

B. Não deveria ser **assim** ‘/ tʃu'letasdeθor'dero /’ ?

Enquanto Componente Gramatical em uma grande teoria de interação verbal, a GDF interage três outros componentes não-gramaticais: Contextual, Conceitual e de Saída.

O Componente Conceitual é responsável tanto pelo desenvolvimento de uma intenção comunicativa relevante para o construto linguístico em questão, quanto pelas conceitualizações associadas aos eventos extra-linguísticos relevantes. O Componente de saída gera sinais acústicos ou ortográficos com base na informação fornecida pelo Componente Gramatical. O Componente Contextual contém uma descrição do conteúdo e da forma do discurso precedente e da situação em que o evento de fala ocorrerá, tendo em vista a relação social estabelecida entre seus participantes.

O esboço abaixo tenta demonstrar a interação do Componente Gramatical com os outros três mencionados:

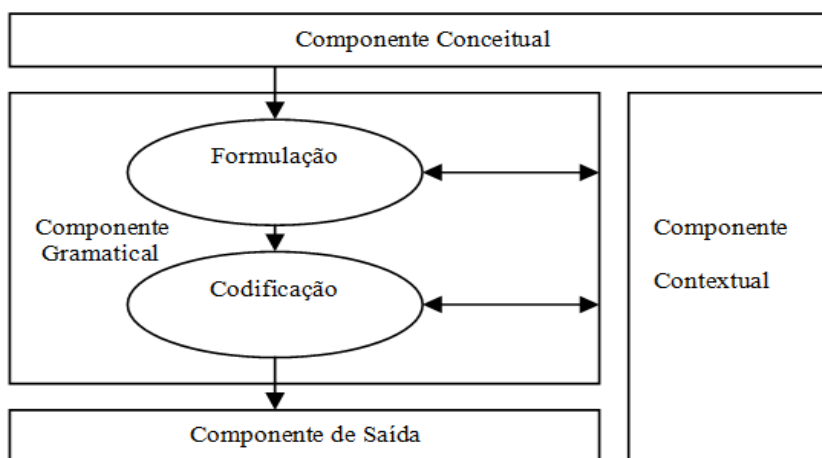


Figura 02. GDF como parte de uma teoria mais ampla de interação verbal (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 06)

Por contar com um Componente Gramatical que atua com outros três componentes de naturezas distintas, a GDF poderia ser compreendida como um “amplo modelo teórico de interação verbal”.

Feita a exposição dos aspectos gerais a respeito da teoria da Gramática Discursivo-Funcional, passaremos à explanação a respeito de sua arquitetura, desde a intenção

comunicativa, até a materialização do enunciado.

### 1.2.1 Um modelo de interação verbal

A figura a seguir representa a arquitetura geral da GDF, os componentes mencionados na seção anterior e suas formas de interação:

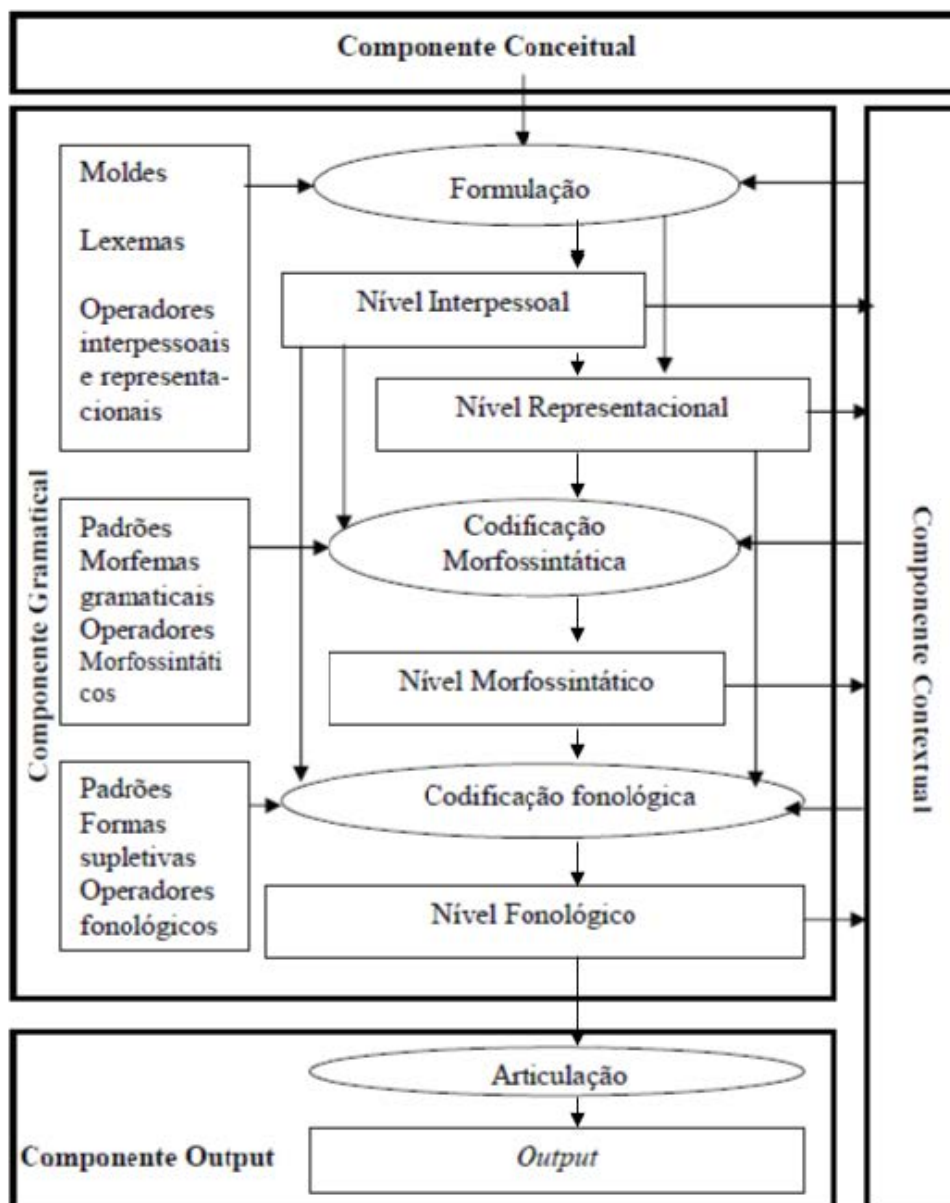


Figura 3. Esquema Geral da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.13)

Dentro dos vários componentes, os círculos contêm operações, as caixas da extremidade esquerda contêm os primitivos utilizados nessas operações e os retângulos contêm os níveis de representação produzidos pelas operações.

Na organização descendente, a intenção comunicativa e suas representações mentais oriundas do Componente Conceitual são relevantes, uma vez que serão traduzidas, por meio da operação de Formulação, em representações pragmáticas e semânticas nos níveis Interpessoal e Representacional. As regras utilizadas na Formulação variam de acordo com cada língua, posto que noções semânticas e pragmáticas não são universais.

A Codificação, por sua vez, ocorre nos níveis Morfossintático e Fonológico e compreende as regras que convertem essas representações pragmáticas e semânticas em representações morfossintáticas e fonológicas.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), ao organizar o Componente Gramatical desse modo, a GDF leva a abordagem funcional da linguagem ao seu extremo lógico: dentro da organização descendente da gramática, a pragmática governa a semântica, a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe, e a pragmática, a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia.

### **1.2.2 A organização em níveis e camadas**

Como observado na figura anterior, o Componente Gramatical dispõe de quatro níveis de representação, que, por sua vez, são organizados em camadas hierárquicas. Essas camadas são compostas por uma variável própria ( $v_1$ ), restringida, obrigatoriamente, por um núcleo e, opcionalmente, por um modificador ( $\sigma$ ). Cada camada pode, ainda, ser especificada por um operador ( $\pi$ ) e carregar uma função ( $\phi$ ). Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 14) apresentam a organização geral das camadas da seguinte forma:

(05)  $(\pi v_1: [\text{núcleo } (v_1) \phi]: [\sigma (v_1) \phi]) \phi$

Enquanto núcleos e modificadores representam estratégias lexicais, operadores e funções representam estratégias gramaticais. Operadores são caracterizados por ter aplicação restrita a sua unidade, ao passo que funções são de caráter relacional, podendo relacionar unidades em uma mesma camada. Em (5), para demonstrar que a relação entre núcleo, modificador e seus respectivos argumentos é não-hierárquica, essas unidades foram envolvidas em uma mesma estrutura delimitada por colchetes (“[ ]”).

Feita essa breve explanação a respeito do funcionamento das camadas, passaremos, pois, ao detalhamento das características dos quatro níveis da GDF: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico.

### 1.2.2.1 Nível Interpessoal

Segundo Hengeveld e Mackenzie, o Nível Interpessoal diz respeito a todos os aspectos formais da unidade linguística que refletem o papel do falante na interação.

Desse modo, está relacionado à pragmática, ou seja, compreende todos os aspectos relacionados à interação falante-ouvinte. De acordo com os autores, esse nível abrange desde noções retóricas relacionadas à estrutura do discurso, passando pela reflexão dessas noções em formas linguísticas, até o modo como o falante produz o seu discurso, obviamente, baseado em suas expectativas da imagem que faz a respeito do ouvinte.

A figura abaixo representa a relação hierárquica entre as camadas do Nível Interpessoal, que caracterizaremos a seguir:

$(\pi M_1: [$	Movimento
$(\pi A_1: [$	Ato Discursivo
$(\pi F_1: ILL (F_1): \Sigma (F_1))$	Ilocução
$(\pi P_1: \dots (P_1): \Sigma (P_1)) \Phi$	Falante
$(\pi P_2: \dots (P_2): \Sigma (P_2)) \Phi$	Destinatário
$(\pi C_1: [$	Conteúdo Comunicado
$(\pi T_1: [\dots] (T_1): \Sigma (T_1)) \Phi$	Subato Atributivo
$(\pi R_1: [\dots] (R_1): \Sigma (R_1)) \Phi$	Subato de Referência
$] (C_1): \Sigma (C_1)) \Phi$	Conteúdo Comunicado
$] (A_1): \Sigma (A_1)) \Phi$	Ato Discursivo
$] (M_1): \Sigma (M_1))$	Movimento

O Movimento (M) pode ser caracterizado como a maior unidade de interação relevante para a análise gramatical. É característica dessa unidade oferecer a possibilidade de reação, que pode ser uma resposta, um argumento ou até mesmo o silêncio. Dessa maneira, temos dois tipos de Movimento: o de Iniciação e o de Reação. Observe o exemplo:

(06) A. Para qual time você torce?

B. Corinthians.

No exemplo acima, cada turno corresponde a um Movimento. O primeiro deles, *Para qual time você torce?*, é o Movimento de Iniciação, responsável por iniciar a interação, já o segundo, *Corinthians*, constitui um Movimento de Reação, que é uma resposta à tentativa de interação representada pelo primeiro Movimento. Considere o exemplo (07):

(07) A. Para qual time você torce?

B. Corinthians. Por que você quer saber?

C. Porque estou assistindo ao noticiário de esportes.

Embora um Movimento quase sempre corresponda a um turno conversacional, podemos encontrar casos como (07b), em que o falante faz uso de um turno para constituir dois Movimentos. É por essa razão que Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 50) ressaltam que, na linguagem falada, a identificação de um Movimento pode não ser tão simples como no caso (06). Quando há material linguístico, um Movimento pode tomar a forma de um ou mais Atos Discursivos.

Atos Discursivos (A) são expressões linguísticas de sentido completo, formados por um esquema Ilocucionário (ILL) que, por sua vez, é composto por dois Participantes (P) (um falante (S) e um destinatário (A)) e um Conteúdo Comunicado (C).

O relacionamento entre essas unidades pode ser de Equipolência ou Dependência. No primeiro caso, o falante atribui aos Atos o mesmo status comunicativo, já no segundo, é estabelecida uma relação hierárquica entre eles, sendo um Nuclear e o outro Subsidiário.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 53), a relação de Dependência é mostrada na estrutura subjacente pela presença de uma função retórica no Ato Subsidiário. Essas funções retóricas podem ser de Motivação, Concessão, Orientação e Correção.

Os Atos Discursivos são classificados em Expressivos, Interativos e Ilocucionários. Nos Atos Expressivos, o Falante dá lugar a seus próprios sentimentos, ao invés de comunicar algo a seu destinatário, como mostra (08):

(08) Droga!

Como se observa em (09), os Atos Interativos consistem em expressões cristalizadas, que integram rituais. Atos Ilocucionários, por sua vez, envolvem um Conteúdo Comunicado e também uma Ilocução, abstrata ou lexical, conforme exemplificam (10a; b):

(09) Parabéns!

(10) a. Prometo que amanhã eu volto.

b. Amanhã eu volto.

Atos Discursivos podem ainda ser especificados por Operadores ( $\pi$ ) de ironia, ênfase e de mitigação ou, ainda, ser modificados por um elemento lexical, que toma a forma de um restritor ( $\Sigma$ ) desse Ato.

Enquanto a Ilocução indica a melhor maneira de se utilizar um Ato Discursivo a fim de atingir um objetivo e os Participantes compõem a díade Falante-Destinatário, o Conteúdo Comunicado contém a totalidade do que o Falante deseja evocar/comunicar em sua interação com o Destinatário (HENGEVELD E MACKENZIE, 2008, p. 87).

Por corresponder às escolhas que o Falante faz a fim de evocar entidades no mundo extralinguístico, é no Conteúdo Comunicado que o mapeamento das regras interpessoais, tocantes às intenções do falante, concretiza-se e, então, envia informações ao Nível Representacional.

O Conteúdo Comunicado (C) é composto por um ou mais Subatos, assim denominados por serem hierarquicamente subordinados aos Atos Discursivos. Subatos são classificados como Atributivos e Referenciais; além disso, são responsáveis por carregar as funções pragmáticas de Tópico, Foco e Contraste.

Subatos Atributivos (T) consistem em uma tentativa do Falante de evocar uma Propriedade. Por outro lado, Subatos de Referência (R) dizem respeito à tentativa do Falante de evocar um Referente, isto é, uma entidade pertencente a uma categoria semântica particular. As distinções entre essas duas unidades são feitas em concordância com a língua que se analisa e, portanto, são feitas apenas no Nível Representacional. Para o Nível

Interpessoal, só é importante fazer distinções que reflitam o estado de Referência enquanto atividade interpessoal e não semântica.

Hengeveld e Mackenzie (2008) atribuem grande importância a essa camada, uma vez que em uma teoria como a GDF, calcada na pragmática, Referência e Atribuição devem ser encaradas como acionais.

### 1.2.2.2 Nível Representacional

Enquanto o Nível Interpessoal diz respeito a questões pragmáticas, o Nível Representacional está relacionado aos aspectos semânticos da unidade linguística, ou seja, lida com as designações. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 128), o termo ‘semântico’ é, então, restrito aos modos como a língua se relaciona com os possíveis mundos que ela descreve.

As unidades, nesse nível, são descritas de acordo com o tipo de entidade que designam. Tais entidades são classificadas em diferentes ordens, a saber: entidades de terceira ordem ou Conteúdos Proposicionais, entidades de segunda ordem ou Estados-de-Coisas, entidades de primeira ordem ou Indivíduos e entidades de zero ordem ou Propriedades.

A figura abaixo representa a relação das unidades no Nível Representacional. Descreveremos cada uma delas adiante.

$(\pi p_1:$	Conteúdo Proposicional
$(\pi ep_1:$	Episódio
$(\pi e_1:$	Estado-de-Coisas
$[(\pi f_1: [$	Propriedade Configuracional
$(\pi f_1: \blacklozenge (f_1): [\sigma (f_1)_\Phi])$	Propriedade Lexical
$(\pi x_1: \blacklozenge (x_1): [\sigma (x_1)_\Phi])_\Phi$	Indivíduos
...	
$] (f_1): [\sigma (f_1)_\Phi]$	Propriedade Configuracional
$(e_1)_\Phi]: [\sigma (e_1)_\Phi]$	Estado-de-Coisas
$(ep_1): [\sigma (ep_1)_\Phi]$	Episódio
$(p_1): [\sigma (p_1)_\Phi]$	Conteúdo Proposicional

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), Conteúdos Proposicionais (p) são construtos mentais que não existem nem no espaço, nem no tempo, mas apenas na mente daqueles que os elaboram. Desse modo, conhecimentos, crenças e expectativas são classificados como Conteúdos Proposicionais.

Podem ser factuais, quando se referem ao mundo real, ou não factuais quando se referem ao mundo imaginário do falante. Além disso, podem ser qualificados em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e de sua origem (conhecimento partilhado, evidência).

Embora o Conteúdo Comunicado de um Ato possa corresponder a um Conteúdo Proposicional, isso não significa dizer que se tratam de unidades idênticas. A principal diferença entre essas duas camadas consiste no fato de que Conteúdos Comunicados são atribuídos ao falante, o que nem sempre acontece com Conteúdos Proposicionais, que podem ser atribuídos a outros indivíduos que não o Falante.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2009, p. 14), Conteúdos Proposicionais contêm Episódios (ep), isto é, uma série de Estados-de-Coisas tematicamente coerentes, com unidade de Tempo, Lugar e Indivíduo .

Estados-de-Coisas (e) correspondem a eventos ou estados que podem ser localizados no tempo relativo e avaliados em termos de sua realidade. Podem ser ditos “(não) ocorrer”, “(não) acontecer” ou “(não) ser o caso” em qualquer ponto ou intervalo no tempo.

Além disso, podemos também qualificar Estados-de-Coisas em termos de sua ocorrência, submetendo-os a modificadores que indiquem Tempo relativo, Lugar, Frequência, Realidade, cenário físico ou cognitivo.

A Propriedade Configuracional (f), que corresponde ao predicado e seus argumentos, é formada por categorias semânticas equivalentes, ou seja, não mantém uma relação de hierarquia entre si.

Indivíduos (x), ou entidades de primeira ordem, dizem respeito aos objetos concretos que podem ser localizados no espaço e podem ser avaliados em termos de sua existência. Já as Propriedades (ou relações), são entidades de zero ordem, caracterizadas por não terem existência independente e poderem ser avaliadas somente em termos de sua aplicabilidade.

No Nível Representacional, além das quatro categorias semânticas tradicionalmente consideradas – Indivíduos, Propriedades, Estados-de-Coisas e Conteúdos Proposicionais – a GDF acrescenta mais cinco subcategorias que entram na configuração de uma Propriedade Configuracional – Lugar, Tempo, Modo, Razão e Quantidade – uma vez que para muitas línguas determinada categoria semântica é muito relevante, para outras, no entanto, há outros processos gramaticais que só são relevantes para as subclasses dessa categoria semântica.

Por Lugar (l) podemos entender a delimitação espacial designada por formas linguísticas específicas. Esse conceito pode variar de acordo com o contexto ou a depender das intenções de quem fala, por exemplo, quando um corretor diz “casa”, ele se refere a um Indivíduo, contudo, para um comprador, trata-se de um lugar para viver.

Para designar o Tempo (t), as línguas têm expressões especializadas. Algumas estão ligadas à sua interpretação contextual no momento de fala (*hoje, no próximo ano*), outras estabelecem posições relativas na linha do tempo (*antes de sexta-feira, durante*), enquanto outras relacionam com o calendário estabelecido socialmente (*Domingo, Natal*). Algumas expressões temporais identificam um ponto na linha do tempo (*momento, meio-dia*), outras se estendem naquela linha (*período, abril*). Na GDF, todas essas expressões têm em comum o fato de serem introduzidas pela variável *t*.

Ao lado de Lugar e Tempo, Modo (m) é uma categoria que indica a maneira como o Estado-de-Coisas se realiza. Em outras palavras, as línguas nos permitem falar não apenas sobre *onde* e *quando*, mas também *como*. Por essa razão, a GDF reconhece a variável *m* para casos em que a língua tem expressões especializadas para designar Modos.

Em algumas línguas há evidência para a existência da categoria semântica Razão (r) ou da existência de uma palavra interrogativa de Razão, como *why*, no Inglês, e *por quê*, em português. Razões devem ser consideradas um tipo especial de Conteúdo Proposicional, dado que representam as intenções (ou reflexões) que levam um agente humano a agir de certa forma.

O termo Quantidade (q), por sua vez, é utilizado tanto para fenômenos incontáveis quanto para os fenômenos contáveis. Embora as palavras *quantidade* e *número* sejam núcleos típicos de expressões Quantitativas, no uso relacional, elas irão ocorrer em expressões com um núcleo configuracional, por exemplo, em “*uma grande quantidade de queijo*”, o que é designado é o *queijo* e não uma *abstração*.

O quadro seguinte resume e exemplifica as categorias e subcategorias semânticas distinguidas na GDF:

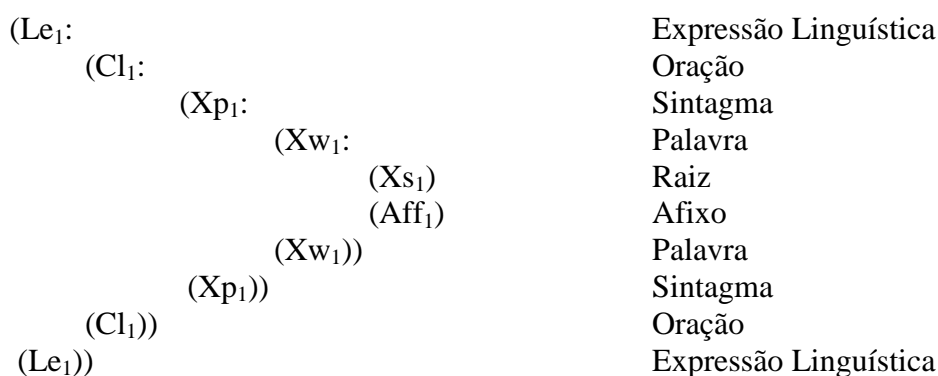
Quadro 1. Categorias Semânticas (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 136)

Descrição	Variável	Exemplo
Propriedade	f	Cor
Indivíduo	x	Cadeira
Estado-de-Coisas	e	Encontro
Conteúdo Proposicional	p	Ideia
Lugar	l	Topo
Tempo	t	Semana
Episódio	ep	Incidente
Modo	m	Maneira
Razão	r	Razão
Quantidade	q	Litro

### 1.2.2.3 Nível Morfossintático

O Nível Morfossintático lida com os aspectos estruturais da unidade linguística. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 283), a relação que se estabelece entre esse nível e os dois anteriores, responsáveis por fornecer-lhe o *input*, é regida por três princípios: Iconicidade, Integridade de Domínio e Estabilidade Funcional. Cada um desses princípios contribui para a codificação desse material de entrada a fim de maximizar o paralelismo entre as estruturas, aumentando, portanto, a transparência e facilitando a interpretação da estrutura linguística.

As unidades formadoras do nível Morfossintático são: Expressão Linguística, Oração, Sintagma e Palavra. Dentro das palavras podemos distinguir, ainda, morfemas, como radicais e afixos. É válido atentar para o fato de que as línguas podem variar a maneira como impõem a organização hierárquica de sua estrutura morfossintática. Como nos níveis descritos anteriormente, apresentaremos o esquema geral da estruturação do Nível Morfossintático e, em seguida, serão detalhadas cada uma de suas camadas:



A Expressão Linguística (Le), camada mais alta do Nível Morfossintático, refere-se a qualquer conjunto em que ao menos uma unidade pode ser utilizada de forma independente;

quando essa camada for formada por mais de um item, eles pertencerão um ao outro morfossintaticamente, embora um não seja parte do outro. Orações e Sintagmas são exemplos de unidades que podem ser combinadas dessa forma, seja entre si ou uns com os outros. (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 308)

É na camada da Expressão Linguística que os processos de Equiordenação, Cossubordinação, Extraoracionalidade, Coordenação e Listagem ocorrem. Cada um deles é definido em função da dependência existente entre os membros que formam determinada Expressão Linguística.

A Equiordenação acontece quando se instaura uma relação de mútua dependência entre duas orações ou sintagmas, como em *Ela canta tão bem quanto João cantava*. O segundo tipo envolve uma dependência unilateral e é representado pelos processos de Cossubordinação e Extraoracionalidade. Enquanto a Cossubordinação ocorre apenas entre orações, como em *Tendo jogado com cuidado, não quebrou*, a Extraoracionalidade ocorre entre sintagmas, como em *Quanto aos alunos, eles ouviram as notícias ontem*. Em ambos os exemplos, nenhuma das porções introdutórias pode ser usada independentemente.

Coordenação e Listagem, por seu turno, ocorrem, respectivamente, entre orações e sintagmas e configuram processos onde não há dependência entre seus componentes. Enquanto a primeira pode ser exemplificada por construções como *O Corinthians ganhou e o Palmeiras perdeu*, a segunda, pela sequência *arroz, feijão, bife e batatas fritas* (em resposta à pergunta *O que você comeu no almoço hoje?*).

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2009, p. 18), a Oração (CI) é formada por um grupo de Sintagmas ou Palavras e é caracterizada por uma espécie de molde que tem a função de estabelecer a ordem de seus constituintes e das expressões morfológicas que propiciam a conexão entre eles. Além disso, a oração pode ser considerada uma estrutura morfossintática universal e único lugar onde determinados processos morfossintáticos podem

ocorrer.

O Sintagma (Xp) consiste em uma configuração sequenciada de Palavras, outros Sintagmas e Orações encaixadas. Este constituinte é constituído por um núcleo lexical, oriundo do Nível Interpessoal ou Representacional, e pode ser de vários tipos: verbal, nominal, adjetival, adverbial e adposicional, a depender de seu núcleo.

A Palavra (Xw), por sua vez, é formada por radicais e afixos. Em algumas línguas, ela também pode, como qualquer outra camada de análise morfossintática, encaixar camadas superiores, como Sintagmas e Orações, obedecendo à recursividade completa.

Na GDF, Lexemas são distinguidos de Palavras, porque os primeiros atuam no Nível Representacional, enquanto os últimos atuam no Morfossintático. Conforme Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 400), a necessidade dessa distinção se deve a três razões: a primeira delas é a inexistência de uma relação biunívoca entre essas duas classes, ou seja, um Lexema pode ser morfossintaticamente representado por duas Palavras e vice-versa. A segunda razão é a de que, mesmo em línguas em que não seja relevante estabelecer qualquer distinção entre classes de Lexemas, pode haver necessidade de se distinguir entre classes de Palavras. A terceira, por sua vez, se justifica pelo fato de que muitas Palavras não têm um Lexema correspondente, como é o caso de todas as Palavras gramaticais, cujo correspondente pode ser um operador ou função, Interpessoal ou Representacional, introduzidas por elementos vazios (*dummies*) ou suporte. Essas relações podem ser observadas no quadro a seguir:

Quadro 02. Correspondências entre classes de palavras Lexicais e Gramaticais (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 401)

<b>Classe de Palavras Lexicais</b>	<b>Exemplo</b>	<b>Classe de Palavras Gramaticais</b>	<b>Exemplo</b>
Verbo	Exterminar	Verbo Auxiliar	Deve, ser
Nome	Ferradura	Pronome	Eu, isso, este
Adjetivo	Formidável	Pró-adjetivo	Tal
Advérbio	Elevadamente	Pró-advérbio	Lá, além
Adposição	Sob	Adposição gramatical	De, ao
Conjunção	Enquanto	Conjunção gramatical	Que, porque
Partícula	Ei, ou	Partícula gramatical	Só, até

Como se observa, Palavras Lexicais são introduzidas no Nível Morfossintático e classificadas de acordo com sua distribuição sintática e conteúdo lexical. É o que acontece com os pronomes, que dispõem da mesma distribuição sintática da classe lexical dos nomes, mas correspondem a propriedades abstratas nos níveis Interpessoal e Representacional, por isso são Gramaticais.

#### 1.2.2.4 Nível Fonológico

O Nível Fonológico é responsável por todos os aspectos de codificação que não são tratados pelo Nível Morfossintático. De acordo com o esquema ilustrado na figura 03, página 11, após receber o material de entrada oriundo dos outros três níveis, o Nível Fonológico libera este mesmo tipo de material para o Componente de Saída, etapa final da produção do enunciado. As unidades componentes do Nível Fonológico são Enunciado, Frase Entonacional, Frase Fonológica, Palavra Fonológica, Pé e Sílabas, e a relação hierárquica que se estabelece entre elas pode ser observada a seguir:

$(\pi U_1: [$	Enunciado
$(\pi IP_1: [$	Frase Entonacional
$(\pi PP_1: [$	Frase Fonológica
$(\pi PW_1: [$	Palavra Fonológica
$(\pi F_1: [$	Pé
$(\pi S_1)^N$	Sílaba
$] (F_1))$	Pé
$] (PW_1))$	Palavra Fonológica
$] (PP_1))$	Frase Fonológica
$] (IP_1)$	Frase Entonacional
$] (U_1))$	Enunciado

O Enunciado (U) é a maior e mais importante parte com a qual o Nível Fonológico lida. Com base em Hayes (1989), Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 430) assumem que “os falantes tendem a utilizar mais pausas substanciais para separar Enunciados do que para separar Frases Entonacionais; além disso, esse tipo de pausa jamais será entendido pelo ouvinte como hesitações”.

A Frase Entonacional (IP) é caracterizada por um núcleo, ou seja, um ponto tonal localizado em uma ou mais sílabas que é entendido como um operador de queda ou de elevação, essencial para a interpretação da Frase Entonacional como um todo. À semelhança dos Enunciados, a separação entre as Frases Entonacionais se dá por meio de pausas, neste caso, menores. Ritmos e durações adicionais ficam sob a responsabilidade do Componente de Saída. Por fim, a perda das fronteiras entre os Atos Discursivos, que provoca uma maior integração entre eles, é o que nos leva a interpretar tal sequência como uma única Frase Entonacional.

Já a Frase Fonológica (PP) desempenha diferentes papéis de acordo com o tipo de língua: nas línguas de acento, ela contém uma sílaba destacadamente mais forte que marca a queda ou o alçamento dentro da Frase Entonacional; nas línguas tonais, por outro lado, é no domínio da Frase Fonológica que acontece o chamado *sandhi*.

A Palavra Fonológica (PW) refere-se, por seu turno, a uma parte da estrutura fonológica que dispõe de pelo menos uma característica criteriosa, que pode estar relacionada ao número de segmentos, a características prosódicas, ou ainda ao domínio das regras fonológicas. Uma das principais tarefas do Nível Fonológico é converter todos os marcadores de posição (*placeholders*) oriundos dos outros níveis em formas fonológicas e, então, integrá-los a uma palavra fonológica. Para tanto, o nível Fonológico dispõe de uma gama de primitivos que providencia material fonológico suficiente para substituir os marcadores de posição no componente de entrada.

As Palavras Fonológicas são divididas em Sílabas (S) que, em línguas acentuais, agrupam-se em Pés (F). O Acento é indicado por um operador na variável Sílabas. Línguas de tom acentual, não acentual e de acento tonal também envolvem operadores.

Esse primeiro capítulo trata dos aspectos gerais de caracterização da teoria da Gramática Discursivo-Funcional. Esse modelo de análise é formado, pelos Níveis Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico, organizados, respectivamente, em ordem descendente.

Dentro desses quatro níveis distinguidos na teoria, alguns pontos são grandemente importantes para o desenvolvimento de nosso trabalho.

No Nível Interpessoal, destacamos o conceito de Ato Discursivo, uma vez que no caso de relações temporais oracionais, podemos investigar se cada uma dessas orações corresponde a um Ato ou se formam, juntas, um único Ato.

Como o Tempo constitui uma categoria semântica, o Nível Representacional mostra-se fundamental para nosso estudo. Dele, tomamos os conceitos de Tempo, Episódio e Estado-de-Coisas. Essas duas últimas camadas distinguem-se pelo tipo de modificador temporal a que se submetem: absoluto e relativo.

Por tratarmos da relação temporal tanto oracional, como não-oracional, no Nível

Morfossintático, importa-nos, principalmente, os conceitos de Oração, Sintagma e Palavra.

No Nível Fonológico, o conceito de Frase Entonacional é o mais importante, principalmente nos casos em que a relação temporal é construída por meio de orações. Nesses casos, a presença ou ausência de pausas indica o número de Frases Entonacionais existentes no trecho em que se analisa e, principalmente, se oração principal e subordinada formam um único bloco ou não.

Feitas as devidas considerações a respeito da teoria que fundamenta nosso estudo, passaremos aos aspectos específicos da relação temporal.

## CAPÍTULO 2

### A RELAÇÃO TEMPORAL NA LITERATURA

Neste capítulo, apresentaremos, primeiramente, a discussão acerca dos diferentes conceitos de subordinação que veiculam na literatura linguística. Em seguida, abordaremos os aspectos tocantes à relação temporal, tratando de seus aspectos mórficos, relativos às formas como se estrutura (advérbio, locução adverbial e oração), bem como dos aspectos semânticos dessa relação.

#### 2.1 O conceito de subordinação

O fenômeno da subordinação é tradicionalmente definido com base em critérios morfossintáticos, como o de encaixamento de orações ou uso de formas verbais não finitas, como infinitivos, gerúndios e participípios. Dessa forma, são consideradas subordinadas orações que exercem funções sintáticas na sua oração principal e equivalem a um substantivo, a um adjetivo ou a um advérbio. No caso do encaixamento nas orações adverbiais, a oração dependente funciona como um constituinte da oração principal, ou seja, como um adjunto adverbial.

A maioria dos linguistas, a exemplo de Lehmann (1988), Halliday (1985), Matthiessen e Thompson (1988) Givón (1990), rejeitam a relação dicotômica tradicionalmente instaurada entre os processos de coordenação e subordinação.

Segundo Halliday (1985), as relações entre orações podem ser vistas a partir do sistema de interdependência, ou seja, a partir do que se entende por *parataxe* e *hipotaxe*. Na primeira há dois elementos com estatuto de igualdade, enquanto na segunda há a relação entre

um elemento dependente e seu dominante.

Matthiessen e Thompson (1988), por sua vez, apoiam-se no contexto discursivo para diferenciar oração subordinada e principal, uma vez que, segundo os autores, não é possível fazer com base em meios estritamente sentenciais. Com base em Halliday (1985), propõem diferenciar encaixamento de hipotaxe, sendo assim, há três processos distintos: (i) a *parataxe*<sup>5</sup> (coordenadas), a *hipotaxe* (subordinadas adverbiais) e o *encaixamento* (substantivas e adjetivas restritivas). Nessa perspectiva, Matthiessen e Thompson (1988) dispensam especial atenção ao processo de *hipotaxe de realce*, que consiste em combinações de orações hipotáticas envolvendo relações circunstanciais, tais como condição, razão, propósito, tempo, espaço, etc., em que uma oração realça a outra circunstancialmente.

Esses autores justificam o uso do termo “hipotática” para classificar essas orações, ao invés da tradicional nomenclatura “adverbial” ou “subordinada”, dizendo que ambas as terminologias mostram-se problemáticas devido à respectiva – e imediata - associação à *classe e função* gramatical por eles denominada. Os autores defendem que:

Se uma *oração subordinada* é tomada como uma oração que é subordinada a outra unidade gramatical, é inadequado fazer a distinção entre encaixamento e combinação de orações. Se uma *oração adverbial* é oração que funciona como advérbio, essa denominação trata essa oração também como sendo encaixada dentro de outra oração, ao invés de tratá-la como uma instância de combinação de orações; nós rejeitamos a interpretação de encaixamento para nossos exemplos. (MATTHIESSEN e THOMPSON, 1988, p. 286).

Além de Matthiessen e Thompson, também Givón (1990) descarta a existência de uma relação binária entre coordenação e subordinação. Para defender essa posição, o autor argumenta que tal distinção tradicional não é de todo satisfatória, primeiramente porque nenhuma oração é completamente autônoma em relação a seus contextos oracionais imediatos; em segundo lugar, porque a distinção absoluta entre orações ‘dependentes’ e

---

<sup>5</sup> Matthiessen e Thompson afirmam em nota (cf. p. 318) que a noção de parataxe mostra-se mais abrangente que o tradicional conceito de coordenação e, uma vez que têm por foco a hipotaxe, não discutirão o conceito de parataxe de Halliday .

‘independentes’ só se mostra aplicável em contextos com limites tipológicos rigidamente prescritos.

Segundo o autor, a mera distinção binária entre subordinação e coordenação revela uma grosseira simplificação dos fatos (GIVÓN, 1990, p. 826). Amparado pelo princípio da iconicidade, Givón (1990) afirma que os fatos subjacentes a esse princípio não sustentam uma clara separação entre orações coordenadas e subordinadas: ao invés disso, revelam a existência de uma escala com diferentes graus de integração entre orações.

Lehmann (1988) também integra o grupo de linguistas que rejeita a existência dessa relação binária e, tal como Givón (1990), considera a existência de diferentes graus de encaixamento, havendo orações mais e menos dependentes de sua principal.

Para definir esse *continuum*, que se inicia na parataxe e termina na hipotaxe, Lehmann (1988) se vale de seis parâmetros: (i) o rebaixamento hierárquico da oração subordinada; (ii) o nível sintático da oração principal com relação à subordinada; (iii) a dessentencialização da oração subordinada; (iv) a gramaticalização do verbo da oração principal; (v) o entrelaçamento das duas orações e (vi) a explicitude do elo de ligação. Podemos observar essa proposta na figura:



Figura 04. Parataxe e Encaixamento (LEHMANN, 1988, p. 189, adaptado).

Cristofaro (2003), de uma perspectiva translinguística, defende que a definição de subordinação a partir do processo de encaixamento mostra-se bastante limitada, uma vez que as mesmas estruturas morfossintáticas não são universalmente compartilhadas. Segundo a autora, como nem todas as línguas dispõem de um mesmo fenômeno para expressar uma determinada relação entre dois Estados-de-Coisas, ou seja, o fato de as mesmas relações

semânticas e/ou pragmáticas não serem codificadas pelos mesmos tipos de construção impede que a linguística tipológica baseie-se em critérios estritamente formais para definir o fenômeno da subordinação. Sendo assim, a noção de subordinação deve ser definida em termos funcionais que compreendam aspectos nocionais, cognitivos e semântico-pragmáticos.

O critério funcional-cognitivo desenvolvido por Cristofaro (2003), a partir de Langacker (1991), propõe que a subordinação não seja vista como resultado do uso de determinadas estruturas morfossintáticas, mas sim como um modo de construir uma relação cognitiva entre dois Estados-de-Coisas, de modo tal que, o Estado-de-Coisas dependente, por não ter um perfil autônomo, é construído na perspectiva do Estado-de-Coisas principal.

De acordo o postulado da assimetria de Langacker (1991), ao construir uma conexão entre dois Estados-de-Coisas, o falante tem duas escolhas básicas: (i) por um lado, os dois Estados-de-Coisas podem ser construídos como perfeitamente simétricos do ponto de vista cognitivo; portanto, ambos têm um perfil autônomo, situação em que acontece a coordenação, em que nenhum perfil oracional sobrepõe-se ao outro; (ii) os dois Estados-de-Coisas são construídos como cognitivamente assimétricos, quando um dos dois não tem um perfil autônomo e é construído a partir da perspectiva do outro.

A definição funcional-cognitiva de Cristofaro (2003) propõe, portanto, que se deve entender por subordinação uma situação a partir da qual se estabelece uma assimetria cognitiva entre dois Estados-de-Coisas, tal que o perfil de um dos dois (principal) sobrepuja o do outro (dependente). Isto equivale a dizer que o Estado-de-Coisas dependente é pragmaticamente não afirmado, enquanto o principal é pragmaticamente afirmado.

Cristofaro (2003) atribui importância ao fato de que os testes de assertividade funcionam para qualquer língua, uma vez que não se referem a tipos específicos de orações, mas ao estatuto pragmático/cognitivo de diferentes partes da sentença. Como testam tanto a parte da sentença que está sujeita à contestação, como a que não está, são independentes de

características estruturais de qualquer sentença, o que garante grande sucesso do uso desses testes na análise translinguística.

A proposta da autora mostra-se diferente das demais na medida em que tenta definir subordinação atentando à forma como se percebe e se conceitua os Estados-de-Coisas envolvidos em determinada construção. Nessa perspectiva, ao se distinguir o que é de ordem conceitual do que é estrutural, a subordinação é encarada como o resultado de situações conceituais, e não como um fenômeno apenas morfosintático.

Assumindo uma posição diferente desses autores, Dik (1997b) defende a existência de uma relação binária entre coordenação e encaixamento. Para o autor, construções encaixadas são definidas como termos complexos que contêm estruturas encaixadas como seus restritores. Os encaixados podem ocupar a posição de argumento ou satélite.

A posição de argumento pode ser identificada quando a informação contida for essencial para manter a integridade do Estado-de-Coisas. Isso corresponde ao que tradicionalmente conhecemos por oração substantiva. Contudo, se a informação, ao ser retirada, não afetar a integridade do Estado-de-Coisas, esses termos ocupam a posição de satélite e compreendem o que se conhece por oração adverbial.

A partir das considerações de Dik (1997b), Hengeveld (1998) assume que uma oração é considerada *subordinada* quando ela depende de outra oração para que possa ocorrer e, uma oração é considerada *adverbial* se ela pode ser omitida sem afetar a gramaticalidade da oração principal.

Ao contrário do que se pode pensar, Hengeveld (1998) não nega a importância da oração temporal à construção complexa, mas encara essa importância de outra forma. Quando considera que uma oração adverbial pode ser omitida sem afetar a gramaticalidade da sentença, quer dizer, na verdade, que entre essas orações instaura-se uma dependência semântica, não sintática.

Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que uma oração pode ocorrer como constituinte de outra oração, na forma de oração adverbial, completiva ou predicativa. Um fator importante para essa perspectiva é que fatores interpessoais, representacionais e morfossintáticos são responsáveis pela escolha de determinados tipos de oração subordinada. É dessa mesma maneira que entendemos o papel das orações temporais que constituem parte do *cópus* dessa pesquisa.

Como mencionado no capítulo anterior, a arquitetura da GDF pressupõe um Componente Gramatical que contém quatro níveis de organização: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico. Os dois primeiros são responsáveis, respectivamente, pela formulação de fatores pragmáticos, semânticos, já os dois últimos pela codificação desses fatores em expressões morfossintáticas e fonológicas.

Essa divisão em níveis tem estreita relação com a definição de subordinação defendida pela teoria, pois, como já mencionado, a escolha de um determinado tipo de oração subordinada ultrapassa fatores estruturais, mas envolve também fatores de ordem semântica e pragmática, o que constitui o diferencial dessa perspectiva.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 352), nem todas as línguas dispõem de orações subordinadas, usando, para isso, construções paratáticas. Há ainda línguas em que orações subordinadas e principais são exatamente idênticas, como é o caso de algumas construções do inglês, como ilustra (01):

(01) Sheila thinks **Peter is ill**.

O exemplo (01) mostra um tipo de construção subordinada do inglês cuja oração dependente é idêntica à principal. Contudo, há muitas outras línguas que apresentam orações subordinadas formalmente distintas das orações principais e que, além disso, podem

apresentar mais de um tipo de oração subordinada, como é o caso do português, que apresenta orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais que, por sua vez, se subdividem em diversos tipos. O exemplo (02) mostra uma oração subordinada adverbial temporal:

(02) **Quando compraram a fazenda** já tinha essa casa. (Bra80:Fazenda)

De forma geral, orações subordinadas podem ser distinguidas de orações principais por meio de três características: (i) presença ou ausência de conjunção, (ii) presença ou ausência de formas verbais especiais e (iii) presença ou ausência de uma marca especial em seus argumentos. Considere os exemplos (03) e (04), introduzidos, respectivamente, por *quando* e *se*:

(03) Fico feliz **quando ele chega**.

(04) Ficaria feliz **se ele chegasse**.

Como se observa em (03) e (04), o português distingue orações subordinadas de principais pela presença da conjunção em P<sup>I</sup>. Em casos como (04), em que a oração subordinada introduz um conteúdo proposicional não factual, é necessário o uso da conjunção *se* e de uma forma verbal específica, o modo subjuntivo. Construções dessa natureza corroboram a afirmação de Hengeveld e Mackenzie (2008) de que a escolha da conjunção se dá em função de operadores modais.

As conjunções podem, além de unir orações, participar da expressão de seu significado, o que, de acordo com os autores, é certamente o caso das conjunções adverbiais, que servem também para expressar a função semântica da oração adverbial dentro de sua principal, como se observa em (03), em que o uso da conjunção *quando* garante a expressão

da relação temporal.

Os autores apontam, ainda, outra possível diferença entre oração subordinada e principal no que diz respeito à expressão de operadores. Essa diferença está relacionada ao fenômeno da concordância de tempos, tradicionalmente nomeado *consecutio temporum*, como se observa nos exemplos de (05) a (08):

(05) Fico feliz quando ele chega.

(06) Fiquei feliz quando ele chegou.

(07) Ficarei feliz quando ele chegar.

(08) Ficaria feliz se ele chegasse.

Ao contrário de algumas línguas, no português, é necessária a aplicação da concordância de tempos entre o verbo da oração principal e da subordinada. Como se nota nos exemplos de (05) a (07), respectivamente, o uso do presente, pretérito e futuro do indicativo na oração principal desencadeia o uso desses mesmos tempos e modo na oração temporal. Em (08), como o verbo da oração principal está no futuro do pretérito, o verbo da oração subordinada deve ir para o pretérito imperfeito do subjuntivo. Embora haja discrepância de modos, o pretérito é o tempo nas duas orações.

Posições de argumento e modificador podem ser ocupadas qualquer camada do Nível Representacional. No caso de unidades comunicativas serem referidas, as camadas do Nível Interpessoal podem também adentrar o Nível Representacional. Sendo assim, construções subordinadas devem ser classificadas em termos das camadas a que estão sujeitas. A restrição dessas camadas é feita diferentemente de acordo com o tipo de oração subordinada.

Como propõe a própria arquitetura da GDF, uma camada mais alta geralmente contém todas as camadas mais baixas. Portanto, construções subordinadas podem ser

classificadas em termos das camadas mais altas que elas contêm. Além disso, uma vez que toda camada tem seu próprio conjunto de operadores e modificadores, podemos prever quais operadores e modificadores uma subordinada contém. (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 363).

No Nível Representacional, a relação temporal é codificada como uma entidade *t* e ocupa a posição de modificador de um núcleo, que pode ser um Estado-de-Coisas ou um Episódio. A relação que se estabelece, portanto, é a de núcleo-modificador.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), esse tipo de relação ocorre entre dois membros de um par, em que o elemento morfossintaticamente marcado é o modificador. Em construções subordinadas, a oração temporal constitui uma especificação opcional do núcleo e, por isso, é marcada morfossintaticamente. Em português, essa marca é representada pela conjunção.

No Nível Morfossintático, a relação que se estabelece entre a oração temporal e a oração principal é de núcleo-modificador, portanto, um caso de subordinação, em função de aquela oração ser um constituinte desta. Desse modo, esse tipo de subordinação ocorre na camada da Oração, mas pode ocorrer também nas camadas do Sintagma e da Palavra. Tal como ocorre com as Orações, Sintagmas podem conter outros Sintagmas ou Orações, que dentro de Sintagmas mais altos podem atuar como argumentos ou modificadores. Uma Palavra, por sua vez, pode incorporar outra Palavra, um Sintagma e até mesmo uma Oração.

Como nossa proposta é investigar a expressão de tempo em português, tanto sintagmática quanto oracional, a teoria proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008) mostra-se adequada para nortear nossa investigação, por : (i) lidar com o fenômeno sem desprezar fatores de ordem estrutural, mas procurar aliá-los a outros fatores, de ordem semântica e pragmática; (ii) apresentar um conceito de Subordinação que abrange processos não só na camada da Oração, mas também do Sintagma e da Palavra e dessa forma, nos permite lidar

com a diversidade estrutural das expressões temporais de nosso *cópus*, e não apenas com orações, como nas outras abordagens.

## **2.2 Advérbios, locuções adverbiais e orações adverbiais**

A importância de iniciar nossos apontamentos a partir da definição do conceito de advérbio e locução adverbial segundo a Gramática Tradicional reside no fato de que nosso objeto de estudo – a categoria semântica de tempo – é tradicionalmente definida a partir desses conceitos. Sendo assim, o que comumente se entende por advérbio de tempo e por locução adverbial de tempo equivale aos modificadores temporais por nós investigados.

De modo geral, as definições de advérbio nas gramáticas tradicionais podem ser resumidas na definição dada por Cunha e Cintra (2001, p. 541): o advérbio é, fundamentalmente, um modificador do verbo. Entretanto, alguns autores, como Bechara (1999), afirmam que o advérbio pode modificar não somente o verbo, mas todas as classes gramaticais (exceto artigo e interjeição) e até mesmo a oração. Nessa perspectiva, em função da circunstância que desempenham ou da “ideia acessória” que expressam, advérbios são tradicionalmente classificados como termos que indicam: afirmação, dúvida, intensidade, lugar, modo, negação e tempo. Segundo Cunha e Cintra (1985), a Nomenclatura Gramatical Brasileira acrescenta, ainda, três tipos a essa lista, a saber: advérbios de ordem, exclusão e designação. Entretanto, os autores ressaltam que advérbios de exclusão e designação são classificados pela mesma entidade como um grupo à parte, por não apresentarem características típicas dos advérbios. Embora seja feita uma classificação, os autores apenas citam alguns exemplos de cada tipo de advérbio e, dessa forma, não se arriscam a aprofundar o tratamento a nenhum tipo distinguido. Em nota, Cunha e Cintra (1985, p. 530) afirmam que sob a denominação de advérbios reúnem-se, tradicionalmente, numa classe heterogênea,

palavras de natureza nominal e pronominal com distribuição e funções às vezes muito diversas, o que motiva linguistas modernos a reexaminar o conceito de advérbio, limitando-os seja do ponto de vista funcional, seja do ponto de vista semântico.

Ao falar sobre aspectos mórficos e sintáticos dos advérbios, Macambira (1970) apresenta uma definição extremamente genérica para a classe, uma vez que se limita a dizer que são classificadas como tais todas as palavras terminadas pelo sufixo - *mente* (resultantes de oposições formais com o adjetivo correspondente) e também palavras de cunho invariável que se articulam com os advérbios *tão*, *quão* e *bem*.

Ilari *et al* (1989) criticam os critérios morfológico, sintático e nocional estabelecidos pela Gramática Tradicional para enquadrar uma palavra na classe dos advérbios, alegando que, na verdade, pouquíssimos itens dessa classe atendem a todos esses requisitos.

Dessa forma, analisam várias ocorrências de advérbios extraídas de inquéritos que integram o corpus do Projeto NURC e apresentam uma classificação dos advérbios que se estabelecem em torno de duas variáveis: função e unidade sintática. Quanto ao tipo de função, advérbios podem ser classificados como predicativos e não-predicativos. Por sua vez, quanto à unidade sintática, podem ser classificados em advérbios sentenciais e de constituinte (nome, adjetivo, verbo, numeral, advérbio e outros). Enquanto advérbios predicativos são entendidos como aqueles que predicam sobre a qualidade ou sobre a ação que se atribui ao sujeito, advérbios não-predicativos são entendidos como aqueles em que não se pode falar de modificação de sentido; entre eles estão incluídos os de negação e circunstanciais.

Embora não declarem abertamente, Ilari *et al* (1989) encaram os advérbios de tempo como dêiticos e, portanto, circunstanciais; , justificam, entretanto, o não tratamento de advérbios dessa natureza em seu trabalho em virtude de necessitarem de um tratamento mais específico.

Sob a perspectiva da Gramática Funcional, Pezatti e Cucolo (2004) estudam a

posição de satélites não-oracionais de nível um e dois no início da oração e observam que, embora se encontrem, na maioria das vezes, em posição final, esses constituintes têm forte tendência para alocarem-se à esquerda do verbo, conforme apontam os resultados do trabalho de Cucolo (2002, apud PEZATTI e CUCOLO, 2004). As autoras afirmam que a posição inicial pode ser explicada pela função pragmática exercida por esses constituintes na oração em que se encontram.

Quanto ao conceito de locução adverbial, as definições encontradas na Gramática Tradicional basicamente correspondem ao dado por Lima (1970, p. 544); qual seja, duas ou mais palavras que juntas funcionem como um advérbio. Como já mencionado, de modo geral, o conjunto de palavras que forma essas locuções corresponde a uma preposição, a qual pode se associar um substantivo, adjetivo ou advérbio. No caso das locuções adverbiais temporais, as palavras associadas às preposições não têm, primariamente, a função de indicar tempo, mas o acabam por fazê-lo em conjunto com a preposição. Contudo, de acordo com Bechara (1999), apesar do importante papel desempenhado pelas preposições nas locuções adverbiais, elas podem, eventualmente, ser omitidas, como em “nessa semana” ou “essa semana”.

Segundo a Gramática Tradicional, orações subordinadas adverbiais podem apresentar-se de duas formas: desenvolvida ou reduzida. Quando uma oração é desenvolvida, ela é introduzida por uma conjunção que a conecta à sua oração principal. Essas conjunções, porém, trazem em si a significação da relação que será expressa pela oração subordinada por elas introduzida, ou seja, há conjunções próprias para expressar uma circunstância específica.

De modo geral, o que a Gramática Tradicional chama de orações subordinadas adverbiais temporais corresponde, segundo a linguística, a orações de sentido explicitamente temporal, que representam estados simultâneos ou sucessivos (anterior ou posterior).

Diferentemente dos gramáticos, que se limitam a aspectos mórficos e sintáticos, Neves (2000) propõe que se atente para fatores como a ordem e a ausência ou presença de

pausa, uma vez que influenciam o sentido da oração. De acordo com essa autora, a correlação de tempos verbais com determinadas conjunções nas construções temporais pode tornar possível outra interpretação (condicional, concessiva ou adversativa, por exemplo). Entretanto, como veremos mais adiante, nosso levantamento apontou a conjunção *quando* como prototípica para se estabelecer a relação temporal oracional e, dessa forma, considerar a possibilidade de variação no uso da conjunção como um fator que pode mudar a interpretação da relação que se estabelece mostra-se uma tarefa um tanto quanto complexa que deve, no mínimo, levar outros fatores em conta.

Mira Mateus *et al* (1989) apresentam considerações interessantes ao falarem sobre a posição ocupada pelas orações temporais. As autoras afirmam que as orações reduzidas de gerúndio e particípio sempre ocorrem em posição inicial, diferentemente das temporais finitas, que podem aparecer tanto pospostas como antepostas à principal. Para elas, o caráter da informação trazida pela oração temporal é determinante em seu posicionamento: se a informação é dada, a oração temporal vem em posição inicial; se não é, vem em posição final. Casos que a informação das duas orações é desconhecida, a construção não tem pausa e a oração temporal geralmente vem posposta.

Abreu (1997), utilizando a Teoria dos Protótipos de Givón (1984, 1989) e seis critérios elencados por Haiman e Thompsom (1984)<sup>6</sup> para caracterizar orações, afirma que orações adverbiais são menos prototípicas do que as substantivas e adjetivas, uma vez que a grande maioria delas não apresenta ligação entonacional. Isso pode ser comprovado pelo fato de que, na escrita, quase todas são separadas de suas principais por vírgula.

Orações temporais, por seu turno, apresentam grau de prototipicidade três, pois apresentam três das seis propriedades elencadas por Haiman e Thompsom (1984), a saber: incorporação marcada, ausência de iconicidade e possibilidade de redução.

---

<sup>6</sup> 1 Identidade de tempo e/ou sujeito; 2 Redução de uma das orações por elipse ou por "*opposition loss*"; 3 Incorporação marcada gramaticalmente de uma das orações; 4 Ligação entonacional; 5 Uma oração estar dentro do escopo de outra oração; 6 Ausência de iconicidade. (Haiman e Thompsom, 1984, apud Abreu, 1997, p. 19)

A incorporação marcada se define pela possibilidade de uma das orações ser vista como parte da outra, por critérios gramaticais. A gradação desse critério se estabelece em função do tipo de constituinte incorporado pela oração principal: há incorporação de primeiro grau quando são incorporados argumentos e de segundo grau quando são incorporados satélites. Por acrescentarem informação adicional, orações temporais são consideradas satélites e, portanto, apresentam incorporação marcada em segundo grau.

Por não apresentarem correspondência entre a ordem das orações e a ordem de eventos no mundo real, orações temporais são classificadas como não icônicas. Além disso, essas orações não necessariamente são introduzidas por conjunção, mas podem também ser introduzidas por formas nominais e, portanto, apresentam possibilidade de redução.

Os estudos de Braga (1997) indicam que os falantes privilegiam a codificação das relações de tempo por meio de orações introduzidas por conectivo subordinativo temporal, por ser esta a estratégia mais produtiva no discurso oral. A autora, no entanto, não considera outros meios de codificação de relações temporais, como sintagmas e advérbios, centrando seu estudo apenas em orações reduzidas e desenvolvidas.

Braga (1997) também assume a proposta de Matthiessen & Thompson (1988) de que essas orações não funcionam como advérbio ou adjunto de sua oração principal, uma vez que um sintagma preposicionado não pode substituir essas orações preservando o mesmo sentido. Braga (1997) considera esses argumentos relevantes para seus estudos, alegando que a substituição da oração de tempo por um sintagma preposicionado é restrita depende do tipo de predicado. Embora concordemos que a substituição de uma oração temporal por um sintagma capaz de estabelecer essa mesma relação seja restringida, principalmente, pelo tipo de predicado, não acreditamos que um teste como esse seja suficiente para descartar a possibilidade de uma oração adverbial funcionar como um advérbio de sua principal.

A autora observa que a maioria das orações de tempo é introduzida por *quando*,

porém, outras conjunções podem ser usadas, tais como *logo que*, estratégia usada pelo informante, aparentemente, para precisar a informação codificada. De acordo com a linguista, as aceções temporais que podem ser inferidas da combinação de oração de tempo seguida por oração núcleo não dependem do conectivo que as introduz, mas sim dos traços linguísticos da sentença em si ou do contexto maior em que se inserem.

Braga (1997) afirma que as conclusões a que chegaram Thompson (1984) e Ford (1988), quanto à ordem das chamadas subordinadas adverbiais na língua inglesa, corroboram os resultados obtidos em seus estudos sobre o português oral: as orações que aparecem antepostas criam o pano de fundo para as orações seguintes, já as pospostas restringem a asserção codificada pela oração núcleo. Em posição inicial, essas orações podem também indicar, além da circunstância temporal, uma mudança na orientação discursiva. Segundo a autora, ocasionalmente, as orações antepostas podem comportar-se como “tópicos chineses”, que servem, usando as palavras de Chafe (1976), para estabelecer “um quadro espacial, temporal ou individual, dentro do qual a predicação principal se mantém<sup>7</sup>. (CHAFE, 1976, apud BRAGA, 1997, p. 48). As orações pospostas têm sua ocorrência explicada pela necessidade de construção tópica ou acréscimo de informação. Orações antepostas, apesar de apresentarem maior mobilidade posicional, podem ter a interpretação modificada pela alteração na ordem; nos casos em que a oração de tempo funciona como tópico chinês, não é impossível a alteração da posição da oração. Quanto às pospostas, observa que funcionam geralmente como “limitadoras” e parece natural que venham após aquilo que devem delimitar. Concluindo, a alteração não é permitida em casos que essas orações funcionam como adendos ou paráfrases de termos anteriores.

Decat (1995) observa a grande emergência da relação de tempo no gênero narrativo oral. A explicação para esse resultado parece óbvia, uma vez que a narrativa se define,

---

<sup>7</sup>A spatial, temporal, or individual framework within which the main predication holds. (Chafe, 1976, apud Braga, 1997, p. 48)

segundo Labov & Waletzky (1967, apud DECAT, 1995), como a concretização linguística de eventos ou situações numa sequência temporal, exibindo, assim, sua função referencial. As orações que manifestam a relação de tempo servem para orientar o ouvinte/leitor quanto à localização do evento no tempo. Segundo a autora, a relação de tempo pôde ser observada no gênero dissertativo por meio de construções que denotam proporção, limitação e também simultaneidade de eventos, maneira diferente da que aparece na narrativa. A emergência dessa relação se dá de forma mais intensa no gênero dissertativo escrito, pois a proporcionalidade no tempo mostra-se mais adequada à modalidade escrita. Na narrativa oral, por sua vez, a relação de tempo serve à função referencial de orientação do ouvinte quanto ao fato narrado. Todas as relações, porém, constituem o satélite, na relação núcleo-satélite, o fundo que realça, amplia, comenta, enfim, dá suporte à linha de eventos.

Kato, Tarallo *et alli* (1993), por seu turno, observam que as orações temporais mostram-se predominantemente antepostas. O que determina a entrada de um “adjunto” numa fronteira de constituinte é sua função, mais que sua forma. No caso dos adjuntos temporais, a preferência pela margem esquerda decorre do fato de que eles constituem a orientação do evento.

Segundo Cristofaro (2003), as relações adverbiais ligam dois Estados-de-Coisas, de modo que um deles (o dependente) corresponde às circunstâncias sob as quais o outro (o principal) ocorre. A linguista aponta que as definições tradicionais descrevem a oração adverbial como aquela que funciona como um advérbio do predicado principal, além disso, assumem que as orações adverbiais são, sintaticamente, parte da oração principal, ou seja, encaixadas nela. Contudo, a autora questiona esse posicionamento, alegando que ao se assumir uma perspectiva translíngua, essa definição torna-se insuficiente, tendo em vista o grande número de línguas que não se utilizam desses meios para expressar esse tipo de relação. Por exemplo, algumas línguas australianas expressam significados adverbiais por

meio de orações não encaixadas, bem como muitas línguas crioulas expressam esse mesmo significado por meio de justaposição de orações não encaixadas e só desenvolvem subordinadores em estágio superior.

De acordo com Cristofaro (2003), diferentemente das relações completivas, em que o Estado-de-Coisas principal faz referência obrigatória ao Estado-de-Coisas dependente e define as suas características semânticas, nas relações adverbiais nenhum dos Estados-de-Coisas ligados envolve referência ao outro, mas é a relação adverbial em si que envolve referência a dois distintos Estados-de-Coisas e define seus traços semânticos. Apesar disso, as relações adverbiais podem ser descritas em termos dos mesmos parâmetros aplicados às relações de complementação, tal como o nível da estrutura da oração, predeterminação de traços semânticos dos Estados-de-Coisas ligados e integração semântica.

Como já observado, a relação temporal, para Dik *et al.* (1990), constitui satélites de nível dois, porque atuam na predicação estendida e têm a função de especificar o tempo em que (do qual, até o qual) determinado Estado-de-Coisas ocorre.

De acordo com Dik (1997b), orações adverbiais podem ser entendidas como termos complexos, encaixados na posição de satélite. Segundo o autor, essa posição, assim como a de argumentos, pode ser preenchida na estrutura subjacente por expressões que tenham a função de referir alguma entidade em um mundo real ou imaginário. Do ponto de vista do falante, o ato de referir é muito significativo, pois é por meio dele que esse pode auxiliar seu interlocutor na construção da representação mental que possa ser utilizada para referir entidades em um desses mundos. O que se entendia por satélites na GF de Dik (1990) corresponde, no novo modelo proposto por Hengeveld & Mackenzie (2008), aos modificadores, que podem ser tanto de natureza oracional, quanto sintagmática.

Também sob a ótica da Gramática Funcional, Pérez Quintero (2002) estudando a subordinação adverbial no inglês, define a oração temporal como aquela que expressa a

relação entre o tempo do evento nela descrito e o tempo descrito na oração principal. Segundo a autora, a relação temporal expressa pela oração subordinada, que, nos termos de Quirk *et al.* (1985, apud PÉREZ QUINTERO, 2002), funciona como adjunto, pode ser de anterioridade, posterioridade ou simultaneidade. A partir dessa tripla distinção, a linguista caracteriza semanticamente cada uma delas.

Orações de anterioridade e simultaneidade são caracterizadas como factuais; as de posterioridade, como não factuais. Essas últimas, juntamente com as orações simultâneas, são classificadas como não pressupostas, ao contrário das orações de anterioridade. Todas elas têm em comum o fato de compreenderem entidades de segunda ordem e apresentarem referência temporal dependente.

Hengeveld e Mackenzie (2008) apontam que, ao contrário das construções completivas, em que a semântica do predicado matriz determina o tipo de unidade interpessoal ou representacional a ser tomada como dependente, nas construções adverbiais é a função semântica ou a conjunção lexical que restringe as camadas com as quais elas podem se combinar. No caso específico das orações temporais, se a conjunção indicar Tempo absoluto, ficará restrita à camada do Episódio, mas se indicar Tempo relativo, restringir-se-á à camada do Estado-de-Coisas. Esse tipo de restrição demonstra a harmonia entre a organização proposta pela teoria e a expressão da função semântica em questão.

Tendo realizado esse percurso a fim de caracterizar orações adverbiais e advérbios, podemos afirmar que, de modo geral, os trabalhos que tratam de relações adverbiais caracterizam-se por se debruçarem apenas sobre a temática do tempo codificado em forma de orações e, nessa perspectiva, quase sempre tratam apenas de questões relacionadas ao posicionamento ou à função que essas orações têm de estabelecer o cenário temporal do evento a que se vinculam.

Com a finalidade de realizar um trabalho diferenciado na área da linguística

funcional, sem deixar de lado aspectos como esses já tratados, tomaremos esses estudos como ponto de partida para dar continuidade aos estudos da relação temporal no português. Para tanto, daremos continuidade à exposição das características que envolvem essa relação semântica na próxima seção.

### 2.3 A categoria semântica tempo

Sob a ótica dos universais linguísticos e da linguística tipológica, Comrie (1985) descreve o tempo, relacionando anterioridade, posterioridade e simultaneidade aos conceitos de Tempo absoluto e relativo, já apontados na literatura por Reichenbach (1943).

Para ilustrar o conceito de tempo, o autor recorre à metáfora da linha do tempo de Reichenbach (1947). De acordo com Comrie (1985), o conceito de tempo pode ser ilustrado por meio de uma linha reta, em que o presente é representado como um ponto, a partir do qual se estabelecem passado e futuro, localizados, respectivamente, à esquerda e à direita do marco zero, como mostra a ilustração:

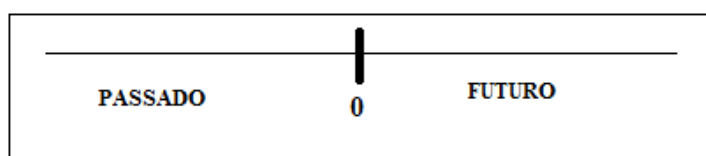


Figura 05. Representação do Tempo (Comrie, 1985, p.2)

Segundo Comrie (1985), o Tempo absoluto é aquele que toma como ponto de referência o momento presente que, por sua vez, pode ser entendido como o momento da fala (S).

Dessa forma, uma representação formal do tempo exige que se indique,

primeiramente, o momento da fala (S) e, posteriormente, o intervalo ou ponto que representa a situação a ser localizada no tempo – momento do evento (E).

Como já mencionado, Comrie (1985) não se limita a conceituar as diferentes vertentes do tempo – absoluta e relativa, mas vai além: uma vez que duas situações já estão representadas, é preciso definir qual a relação que se estabelece entre ambas. É nesse momento que entram em questão os conceitos de anterioridade, posterioridade e simultaneidade.

Aliando a metáfora da linha do tempo aos conceitos que propõe, Comrie (1985) define essas três relações da seguinte forma: na linha do tempo, um intervalo X é anterior a um intervalo Y (X anterior a Y) se e somente se cada ponto de tempo em X estiver à esquerda de cada ponto de tempo em Y. Da mesma forma, X posterior a Y significa que cada ponto de tempo dentro de X está à direita de cada ponto de tempo em Y. A relação de simultaneidade, por sua vez, é definida da seguinte maneira: X é simultâneo a Y se cada ponto em X está também em Y, e vice-versa.

Essas definições apresentadas pelo autor, embora pareçam, à primeira vista, um tanto quanto óbvias, resultam em uma representação interessante dos tempos presente, passado e futuro, como se observa no quadro a seguir:

Quadro 03. Presente, passado e futuro.

Presente	E simultâneo a S
Passado	E anterior a S
Futuro	E posterior a S

Enquanto a representação do tempo absoluto consiste na relação que se estabelece entre momento do evento (E) e momento da fala (S), para se representar o Tempo relativo é indispensável acrescentar mais um ponto à linha do tempo. Este novo ponto corresponde ao

momento de referência e é representado pela variável (R).

Assim como ocorre com o Tempo absoluto, em que momento da fala e do evento podem ser localizados como anterior, posterior ou simultâneo ao outro, Comrie (1985) argumenta que o momento de referência (R) pode estabelecer esses mesmos três tipos de relações com o momento do evento (E). Dessa forma:

Quadro 04. Presente, passado e futuro relativo

Presente relativo	E simultâneo a R
Passado relativo	E anterior a R
Futuro relativo	E posterior a R

Como se nota no quadro anterior, todas as representações construídas em torno do Tempo relativo envolvem um momento de referência (R), não ancorado. Isso significa que, ao contrário do momento da fala (S), que mantém estreita relação com o centro dêitico, o momento de referência (R) instaura-se tendo como apoio o contexto. Segundo Comrie (1985), o Tempo absoluto e o relativo podem ser combinados. Essas combinações abrangem casos em que se estabelece um ponto referência em relação ao presente e, a partir disso, uma situação é localizada no tempo em relação a esse novo ponto R, como é o caso de alguns tempos verbais, como o *past perfect* e o *future perfect*, no inglês, em que a única diferença entre ambos é a localização do momento de referência, já que no *past perfect* ele se situa no passado e no *future perfect* está no futuro.

Após realizar uma extensa e detalhada argumentação a fim de estabelecer um esquema de representação do tempo verbal, tomando como ponto de partida a relação que se instaura entre momento da fala (S), momento do evento (E) e momento de referência (R), Comrie (1985) propõe a seguinte fórmula, que, segundo o autor, é capaz de resumir todo o raciocínio

construído em volta da temática da representação do tempo:

Quadro 05. Representação geral do Tempo proposta por Comrie (1985)

Tempo	E (relativo R) <sup>n</sup> (relativo a S)	
verbal	<i>magn</i> <sup>8</sup>	<i>magn</i>

No quadro acima, podemos entender que o Tempo verbal sempre compreenderá um momento em que determinado evento ocorre. Esse evento, por sua vez, pode ser localizado no tempo absoluto, ao manter relação com (S), ou seja, o momento da fala ou, por sua vez, pode ser localizado no tempo relativo, quando estabelece uma relação com o momento de referência, dado pelo contexto e, portanto, externo ao centro dêitico.

Os aspectos tratados por Comrie (1985), apesar de versarem sobre o *Tense*, que diz respeito ao tempo verbal/gramatical, apresentam considerações interessantes a respeito do tempo enquanto entidade “física” e linguística. Acreditamos, desse modo, que esse autor é quem melhor apresenta não só o conceito, bem como a distinção entre Tempo absoluto e Tempo relativo, fundamentais para a investigação que ora se propõe.

Segundo Cristofaro (2003), a relação a que chamamos *temporal* comporta, na verdade, três diferentes relações, a saber: relação de posterioridade temporal, relação de anterioridade temporal e relação de simultaneidade temporal.

A relação de posterioridade temporal envolve dois Estados-de-Coisas que ocorrem em sequência. O Estado-de-Coisas dependente segue o principal no tempo, e, portanto, é tomado como seu ponto de referência temporal. Observe o exemplo (09):

(09) **Antes de conseguir um emprego**, eu tinha muito mais tempo disponível.

---

<sup>8</sup> O autor faz uso do termo magnitude (*magn*) para representar graus de distanciamento dos tempos.

Observe que, no exemplo anterior, o Estado-de-Coisas dependente localiza-se em um tempo posterior ao tempo do Estado-de-Coisas principal e, por isso, ainda não está realizado quando esse último ocorre.

A relação de anterioridade temporal, por sua vez, também envolve dois Estados-de-Coisas ocorrendo em sequência, contudo, o Estado-de-Coisas dependente é anterior no tempo ao principal, conforme mostra (10):

(10) Isso aconteceu **depois que você saiu**.

Esse tipo de relação implica que o Estado-de-Coisas dependente ocorra antes do principal, isto é, esteja realizado e completo até o momento em que esse último ocorre.

A relação de simultaneidade temporal implica que os dois Estados-de-Coisas envolvidos, principal e dependente, coincidem na sua realização, ainda que a exata dimensão dessa simultaneidade seja indeterminada e sujeita à variação, como exemplifica (11):

(11) **Quando os nazistas ganharam força**, Georg Grosz deixou a Alemanha.

No exemplo anterior, afirmar que se instaura uma relação de simultaneidade entre os Estados-de-Coisas envolvidos não significa, necessariamente, afirmar que ambos ocorreram no mesmo momento, podendo ter havido um intervalo qualquer, com duração de alguns dias, ou semanas. Essa sobreposição de dois momentos é interpretada cognitivamente como simultânea.

O exemplo (12), por seu turno, percebe-se que os Estados-de-Coisas podem ser tanto simultâneos quanto separados por um curto intervalo de tempo:

(12) **Quando ele entrou na sala**, ela saiu.

A duração do intervalo de tempo que separa os dois Estados-de-Coisas, no entanto, é irrelevante e pode ser facilmente recuperada pelo contexto discursivo: para fins cognitivos, os dois Estados-de-Coisas são considerados simultâneos. Não há dúvida de que discursivamente são sequenciais, mas gramaticalmente são simultâneos.

Embora Comrie (1985) também defina os conceitos de anterioridade, posterioridade e simultaneidade temporal, julgamos que as definições dadas por Cristofaro (2003) mostram-se mais claras e, por isso, mais apropriadas a nosso trabalho.

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 257) afirmam que as línguas naturais dispõem de expressões específicas para designar categorias temporais. Os autores valem-se da metáfora da linha do tempo, proposta por Reichenbach (1947), que pressupõe um construto imaginário espacial - isto é, a linha - em que vários pontos ou intervalos podem ser marcados.

Segundo os autores, o tempo é uma categoria que compreende várias expressões para designá-lo. Ao contrário do que se pode pensar, ao falarmos dessa variedade, não estamos nos referindo à imensa variedade formal das expressões de tempo, mas sim às diversas maneiras como essas mesmas expressões se relacionam com o/no referido construto imaginário espacial.

A categoria semântica Tempo, identificada na GDF pela variável “*t*”, que pode ser um núcleo, um operador (gramatical), ou um modificador (lexical). O Operador especifica um núcleo por meio gramatical, enquanto o Modificador, que é opcional, restringe um núcleo. Considere os exemplos (13) e (14):

(13) Como é que **conheceu** o seu marido? (PT97:NamoroOutrosTempos)

(14) Acho que **hoje em dia** tanto as mulheres como os homens realizam-se profissionalmente. (PT96:MaridoIdeal)

Em (13), o tempo é codificado por meio do operador de tempo *-u*, que acumula ainda as categorias de modo-número e especifica o núcleo *conhecer*. Em (14), no entanto, o tempo é expresso por meio do modificador *hoje em dia*. Essa expressão temporal é considerada um modificador, já que é um constituinte opcional da oração-núcleo *tanto as mulheres como os homens realizam-se profissionalmente*, e é responsável por restringi-la na medida em que apresenta o cenário temporal em que ela ocorre.

Como já observado, esse trabalho tem como proposta investigar a expressão do Tempo como modificador. O modificador temporal localiza no tempo, de forma absoluta ou relativa, o evento representado por seu núcleo, que, por sua vez, pode corresponder tanto a um Estado-de-Coisas quanto a um Episódio.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 171), a modificação temporal de Episódios e Estados-de-Coisas acontece de forma distinta, uma vez que a locação absoluta no tempo é propriedade de Episódios, enquanto a locação relativa é propriedade de Estados-de-Coisas. Isso explica o fato de esses dois tipos de localização temporal – absoluta e relativa – poderem ser combinados, como mostra (15):

(15) **Ontem** (tempo absoluto) Maria saiu **depois que o jantar foi servido**. (tempo relativo)

Como já mencionado, a importância dos conceitos de Tempo absoluto e relativo para este estudo se deve à estreita relação que estabelecem enquanto designações temporais atuantes nas camadas do Nível Representacional. É com base neles que identificamos as camadas do Episódio ou do Estado-de-Coisas, dadas as diferentes naturezas de modificação a que se submetem.

Tendo apresentado diversas perspectivas teóricas a respeito dos conceitos de subordinação, advérbio, locução adverbial oração adverbial e tempo, passamos à exposição da

metodologia por nós utilizada nessa investigação.

## CAPÍTULO 3

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como exposto na introdução, o objetivo geral desse trabalho consiste em apresentar uma descrição da relação temporal na lusofonia.

Os objetivos específicos dessa pesquisa, por sua vez, compreendem: (i) verificar possíveis diferenças semântico-pragmáticas entre as formas de codificação do Tempo, dispensando atenção especial à marcação dos tempos absoluto e relativo, que, como propõem Hengeveld & Mackenzie (2008), são realizadas de forma distinta; (ii) verificar como os falantes estabelecem o Tempo na língua falada e qual(is) a(s) forma(s) de marcação efetivamente utilizadas por eles.

O universo de investigação é constituído por ocorrências reais de uso extraídas do *corpus* oral organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha.

Essa amostragem recebe o nome de “Português oral” e foi desenvolvida no âmbito do Projeto “Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais”, do qual resultou um *corpus* de amostragens de variedades do português falado em Portugal, no Brasil, nos países africanos de língua oficial portuguesa e em Macau. Os materiais publicados contêm ainda amostragens do português falado em Goa e em Timor-Leste, recolhidas posteriormente. Estas amostragens de discurso oral, gravadas em lugares, datas e situações diversificadas, são acompanhadas das correspondentes transcrições ortográficas alinhadas.

O *corpus* é constituído por 86 gravações, quer de conversas informais entre pessoas conhecidas ou entre amigos e familiares, quer de intervenções mais formais como, por exemplo, as de programas radiofônicos. São textos exemplificativos do português falado em

Portugal (30), no Brasil (20), nos países africanos de língua oficial portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (5 de cada), em Macau (5), em Goa (3) e em Timor-Leste (3), e correspondem a 8h e 44m de gravação e a 91.966 palavras gráficas. As gravações abrangem um período de tempo que vai de 1970 a 2001, com uma incidência de cerca de 70% na última década.

Restringimo-nos a analisar as variedades brasileira, portuguesa, timorense e africanas, porque constituem a língua oficial dos respectivos países. Todavia, o uso desse material nesse estudo é um tanto despretensioso, uma vez que a intenção é descrever a relação temporal no português, sem, no entanto, estabelecer relações com tipo ou gênero de texto e nem fazer uma comparação entre as variedades.

Cada ocorrência utilizada para exemplificação pode ser identificada por meio das informações sobre país, ano e título do inquérito, dispostas, nessa mesma ordem, ao final, entre parênteses. O nome do país aparece em forma abreviada, seguido apenas dos dois dígitos finais correspondentes ao ano de coleta; logo após essas informações, aparecem dois pontos (:) e, então, o nome do inquérito, como exemplifica (01):

(01) (Ang97:Guerra e Ambiente)

Neste estudo, foram selecionadas e tabuladas ocorrências de modificadores temporais oracionais. Foram excluídas as ocorrências de orações reduzidas.

Optamos também por uma análise qualitativa e não quantitativa, visto que a não homogeneidade entre as variedades do corpus não nos permite esse tipo de análise.

Com a finalidade de relacionar dados empíricos a bases teóricas de natureza funcional, elegemos dez parâmetros de análise, que foram aplicados a cada uma das ocorrências levantadas.

### **3.1 Camada**

No Nível Interpessoal, expressões temporais podem corresponder a um Ato Discursivo, um Conteúdo Comunicado ou a um Subato. No Nível Representacional, por sua vez, podem ser um Conteúdo Proposicional, um Episódio, um Estado-de-Coisas ou a uma Propriedade. No Nível Morfossintático, a uma Oração, Sintagma ou Palavra. Já no Nível Fonológico, podem corresponder um Enunciado, uma Frase Entonacional, uma Frase ou Palavra Fonológica.

### **3.2 Natureza do Tempo**

Esse fator consiste em verificar se o Tempo é absoluto ou relativo, com base nos conceitos de Comrie (1985), expostos no capítulo anterior. Segundo o autor, o Tempo absoluto é aquele que se estabelece a partir do momento da fala, sem ancorar-se em outro momento temporal. O Tempo relativo, por sua vez, só se estabelece em função de outro momento, o momento de referência.

### **3.3 Natureza da relação temporal**

Por meio da classificação da natureza da relação temporal, observaremos se a ocorrência analisada é anterior, posterior ou simultânea à ocorrência do evento principal, com base nos conceitos de Cristofaro (2003), expostos no capítulo anterior.

### **3.4 Identidade entre os participantes**

O quarto fator, por sua vez, diz respeito à identidade entre os participantes das orações envolvidas. A relevância desse fator baseia-se na ideia de que a existência de sujeitos não correferentes é um indício de maior independência da oração subordinada em relação a sua principal.

### **3.5 Factualidade**

Nesta investigação, o conceito de factualidade adotado é o de Pérez Quintero (2002). Segundo a autora, a factualidade é um parâmetro que pode ser aplicado a todos os tipos de entidades. Assim são factuais (i) uma propriedade ou relação que seja aplicável a uma entidade, (ii) Estados-de-Coisas considerados reais, (iii) Conteúdos Proposicionais vistos como verdadeiros e (iv) Atos Discursivos assertivos. Como o tempo manifesta-se por meio de Propriedades e Estados-de-Coisas, são considerados factuais os modificadores temporais que denotam uma Propriedade aplicável ou um Estado-de-Coisas real.

### **3.6 Modo verbal**

Esse parâmetro diz respeito ao modo do verbo da oração dependente, indicativo ou subjuntivo. Consideramos que a correspondência entre o modo verbal da oração subordinada e da principal seja indício de maior integração entre elas.

Estamos desconsiderando os modos não finitos, pois as orações temporais reduzidas não fazem parte das ocorrências selecionadas em nosso *corpus*.

Obviamente esse fator não se aplica aos modificadores adverbiais e sintagmáticos.

### 3.7 Tempo verbal

O sétimo parâmetro consiste em observar qual o tempo verbal dos verbos da oração subordinada e principal. Tal como ocorre com os parâmetros de análise 4 e 6, acreditamos que a correspondência entre o tempo verbal das orações envolvidas indica maior integração entre modificador e núcleo. Esse fator também não se aplica aos modificadores adverbiais e sintagmáticos.

### 3.8 Morfema introdutor

Este parâmetro foi estabelecido com o intuito de verificar possíveis variações semântico-pragmáticas não só entre as conjunções que encabeçam as orações temporais, como também entre as preposições introdutoras de sintagmas temporais.

Segundo Kury (1985, p. 104), orações temporais podem ser introduzidas pelos seguintes conectores:

*quando, enquanto, antes que, depois que, desde que, que, logo que, assim que, até que, apenas, mal, sempre que, tanto que, agora que, primeiro que, todas as vezes que, (de) cada vez que, sem que (= antes que), etc.*

O grupo das preposições, por sua vez, inclui: *em, a, de, até, desde, após, etc.*

### 3.9 Posição

Esse parâmetro nos permitirá analisar a posição ocupada pela oração dependente e pelos advérbios e sintagmas com relação ao núcleo. Consideramos que esses modificadores podem situar-se em posição anterior ou posterior a seus núcleos. No caso de modificadores

temporais oracionais, tomamos como referência a oração principal e no caso de modificadores não-oracionais, teremos como referência o predicado da oração em que se encontra, podendo, assim, posicionar-se à esquerda ou à direita do predicado.

### **3.10 Interferências prosódicas**

Por meio desse parâmetro, verificaremos se há ou não alguma interferência prosódica entre as orações envolvidas ou entre o advérbio ou sintagma e a oração por ele modificada. Essas interferências podem ser pausa, mudança de entonação ou alteração na tessitura. A existência de interferências dessa natureza indica menor integração entre o modificador e seu núcleo.

Foram expostos, nesse capítulo, os parâmetros de análise que norteiam a investigação aqui realizada. Em sequência, iniciaremos a exposição dos resultados a que chegamos.

## CAPÍTULO 4

### ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo, apresentamos os resultados da análise dos dados, em concordância com os parâmetros relacionados no capítulo anterior para orações e sintagmas temporais.

Os dados mostram que, em português, a categoria semântica Tempo pode ser representada por um Tempo de natureza absoluta ou relativa, em forma de oração ou sintagma.

Embora nosso trabalho não privilegie uma análise quantitativa, decidimos apontar alguns números aproximativos das ocorrências da relação temporal. Dessa forma, nosso levantamento acusou um total de 847 ocorrências, das quais 710 são de Tempo absoluto e 137 de Tempo relativo. Dentre as ocorrências de Tempo absoluto, 205 são oracionais, 163 são adverbiais e 342 são sintagmáticas. As de Tempo relativo, por sua vez, apresentaram 100 ocorrências adverbiais, 36 sintagmáticas e apenas uma oracional.

Optamos por organizar a análise dos dados em concordância com a classificação feita por Comrie (1985), que distingue Tempo absoluto e Tempo relativo. A partir dessa distinção, faremos a exposição dos resultados obtidos na análise de orações e sintagmas temporais.

#### **4.1. Tempo: particularidades da categoria semântica**

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 257), as línguas dispõem de expressões específicas para designar categorias temporais. Como tais expressões são construídas em torno de referentes distintos - momento da fala, calendário social e até mesmo a relação com outro momento no Tempo - sua interpretação variará em função desses mesmos referentes.

O estabelecimento do referente é um dos principais fundamentos para se interpretar uma expressão temporal, uma vez que é em função dele que se constrói a distinção entre Tempo absoluto e relativo, fundamental para a discussão que ora se propõe.

Segundo Comrie (1985), como vimos, um Tempo absoluto é aquele que toma como ponto de referência o momento da fala, ou momento da enunciação para estabelecer o Tempo de desencadeamento de um determinado evento. Dessa forma, expressões como *hoje*, *ontem*, *amanhã*, *futuramente*, etc. são consideradas expressões temporais absolutas, uma vez que só podem ser estabelecidas tendo em consideração o momento em que se enuncia.

Já o Tempo relativo pode ser definido como aquele que se estabelece em função de outro momento, dado pelo contexto, isto é, o momento de referência. Sendo assim, expressões como *depois do almoço*, *antes da chuva*, etc. podem ser consideradas expressões temporais relativas, pois se estabelecem em função de uma referência contextual (*almoço*, *chuva*, etc.)

A relevância de se distinguir expressões temporais absolutas e relativas justifica-se por ser essa distinção fundamental para estabelecer a relação de escopo entre núcleo o modificador. Tendo em vista que, segundo a GDF, a localização temporal nas camadas do Estado-de-Coisas e do Episódio ocorre de forma distinta, uma vez que localização temporal absoluta é propriedade de Episódios e localização temporal relativa é propriedade de Estados-de-Coisas, identificar a natureza do Tempo marcado pela expressão significa também identificar a camada em que o modificador atua.

Feitas as devidas considerações a respeito da natureza da localização temporal desempenhada pelas expressões, passaremos à análise das ocorrências agrupando-as de acordo com o tipo de Tempo que representam.

#### 4.1.1 O Tempo absoluto

Como já observado, o Tempo absoluto toma como ponto de referência o momento da fala, ou momento da enunciação para estabelecer o Tempo de desencadeamento de um determinado evento, como se observa em (01) e (02):

(01) **Hoje** você pode pensar em produzir o dia inteiro. (Bra80:Planoreal)

(02) **Quando chega ao solo** já vem sem força (Ang97: Guerra e Ambiente)

Os termos destacados em (01) e (02), *hoje* e *quando chega ao solo*, instituem o Tempo de ocorrência de seu evento principal, representados, respectivamente por *pensar em produzir o dia inteiro* e *vir sem força*, restringindo-os, já que os localizam temporalmente sem ancorar-se em outro momento no Tempo. Essa propriedade de restringir um núcleo os caracteriza como modificadores, sendo, então, a relação denominada, na GDF, de núcleo-modificador.

Como já observado, a relação núcleo-modificador se estabelece entre dois membros de um par, em que o elemento morfossintaticamente marcado é o modificador. Isso sugere uma correspondência entre marcação funcional e marcação morfossintática: como o modificador é funcionalmente marcado por ser uma especificação opcional do núcleo, ele é, obviamente, o portador de uma marcação morfológica que reflete seu papel de modificador. (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 305).

De acordo com a GDF, modificadores de Tempo absoluto atuam na camada do Episódio. Essa camada é constituída por um ou mais Estados-de-Coisas tematicamente coerentes, que mostram continuidade de Tempo, Lugar e Indivíduos e pode ser situada no Tempo absoluto (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 157). É por essa razão que, ao

tratarmos de modificadores responsáveis por instituir o Tempo absoluto de ocorrência de um evento, estamos tratando de modificadores que atuam na camada do Episódio.

Embora um Episódio seja, necessariamente, composto por um ou mais Estados-de-Coisas, a modificação temporal nessas duas camadas ocorre de forma distinta: a localização absoluta é propriedade de Episódios, enquanto localização relativa é propriedade de Estados-de-Coisas. Isso justifica o fato de as localizações absoluta e relativa poderem ser combinadas (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 171):

(03) **Ontem**, por exemplo, teve uma festa super legal. (Bra93:FestaEstudante)

Em (03), o modificador *ontem* institui o Tempo absoluto da ocorrência do Episódio *teve uma festa super legal*. Para demonstrar como é possível combinar Tempo absoluto e relativo, por atuarem em diferentes camadas, retomamos o exemplo acima:

(3a) Ontem, por exemplo, teve uma festa super legal **depois que saímos do trabalho**.

Em (3a), a prova de que o modificador *depois que saímos do trabalho* atua na camada do Estado-de-Coisas e não na do Episódio é que esse modificador está escopado pelo modificador de Tempo absoluto *ontem*; a recíproca, entretanto, não é verdadeira: o núcleo que sofre modificação daquele modificador não inclui a expressão absoluta.

Uma vez que o Tempo é uma categoria semântica, a relação temporal se estabelece apenas no Nível Representacional. Isso não impede, no entanto, que as unidades relacionadas correspondam, no Nível Interpessoal, a Atos Discursivos. Atos Discursivos são expressões linguísticas de sentido completo, formados por um esquema ilocucionário que, por sua vez, é composto por dois Participantes (um Falante e um Destinatário) e um Conteúdo Comunicado. Enquanto em (04) o modificador constitui, com a oração em que se insere, um único Ato,

em (05), fica evidente que se trata de dois Atos, um com ilocução declarativa, representado pela oração temporal, e outro com ilocução interrogativa, pela qual o Falante exige do Destinatário que preencha a lacuna existente em sua informação pragmática:

(04) Eu não posso nem morrer **agora**. (Bra80:JogoBicho)

(05) E então **quando viu que vinha aquele rapaz atrás de si**, o que é que pensou?  
(PT97:NamoroOutrosTempos)

Outro argumento em favor de que Atos podem ser relacionados temporalmente é atestado em (06), em que a presença do Ato Discursivo *pronto* entre os Atos *quando partir e adeus borboletas*, mostra tratar-se de três Atos Discursivos. Enquanto o primeiro e o terceiro, com ilocução declarativa, têm o propósito comunicativo de representar, respectivamente, o momento da morte do Falante e o momento em que deixa sua coleção de borboletas, o segundo, *pronto*, é um Ato expressivo cuja função é dar lugar à expressão dos sentimentos do Falante, sem que nada seja comunicado ao Ouvinte:

(06) porque é uma pena, não acha que é uma pena perder-se tanto trabalho?  
-> [...] sim! se[...], por acaso seria uma pena, mas, olhe, por exemplo, é da terra, vai ficar aqui na terra. eu se, **quando partir, pronto! adeus borboletas!** e adeus coleção! (CV95:Colecionismo)

O levantamento dos dados mostra que o Tempo absoluto revela certa pluralidade de sentidos envolvidos na construção de suas expressões, que ultrapassam o simples estabelecimento do Tempo de desencadeamento de um evento.

Para fins de exemplificação, tomemos o modificador não-oracional *hoje* que, além de muito recorrente, mostra que o sentido da localização temporal por ele instituída pode variar, como se observa em (07), (08) e (09):

- (07) **hoje** à volta da cidade do Huambo, ess[...], à volta da cidade do Bié, praticamente o terreno está completamente despido de vegetação (Ang97:Guerra e Ambiente)
- (08) **hoje** dormia em casa de um, amanhã de outro, amanhã comia ali e assim sucessivamente, não é (Ang97:JovemGaspar)
- (09) você pode não pensar assim agora, não é, mas um dia você ainda vai pensar "poxa vida, se eu morresse **hoje**, eu morreria tranquilamente." (Bra80:JogoBicho)

Em (07), o advérbio *hoje* pode ser entendido como sinônimo de *nos últimos tempos*, *atualmente*, configurando um caso em que o falante se apoia no tempo dêitico para localizar temporalmente o evento *o terreno está completamente despido de vegetação*. Na ocorrência (08), entretanto, ao usar esse mesmo advérbio para localizar o evento *dormir*, o falante apoia-se no tempo da narração, isto é, não toma como referência o momento em que enuncia, mas o desencadeamento dos fatos narrados. Em (09), o advérbio *hoje* é aplicado no seu sentido mais prototípico (no dia em que estamos, no dia corrente), e, além disso, tem como núcleo um Estado-de-Coisas irreal, *se eu morresse* e, portanto, não factual.

Há casos como (10) e (11), em que as expressões utilizadas para codificar o Tempo trazem consigo um valor semântico determinado culturalmente:

- (10) mas de qualquer forma convém também recordar que há certos cursos que nunca tivemos aqui **no período colonial**. (Ang97:EnsinoAngola)
- (11) aí chega **na hora do jantar**, bota lenha fica tudo pretinho outra vez. Não tem importância. (Bra80:Fazenda)

Em (10), o sintagma *no período colonial* pode ser entendido como uma expressão temporal culturalmente determinada, pois faz referência a um aspecto específico da cultura de Angola, ou seja, período em que foi colônia de Portugal. O exemplo (11), por seu turno,

mostra em *na hora do jantar* uma expressão também determinada culturalmente, mas com um grau de restrição ainda maior, pois se estabelece dentro da cultura dos núcleos familiares e, portanto, pode variar.

Há ainda casos em que, embora a localização temporal instituída pelo modificador seja claramente de natureza absoluta, pressupõe relatividade com um momento não expresso.

Considere os exemplos:

- (12) vamos à conversa com o jovem Gaspar, com... um jovem de vinte e dois anos que em Luanda como outros jovens tem uma situação particular. **Muito cedo** abandonou os familiares, por situações que ele próprio vai explicar. (Ang97:JovemGaspar)
- (13) mas, é bom termos a percepção que o ensino universitário em Angola aparece **muito tarde**. (Ang97:EnsinoAngola)

Tanto em (12) quanto em (13), as expressões *muito cedo* e *muito tarde*, embora localizem, respectivamente, os eventos *abandono dos familiares* e *o aparecimento do ensino universitário em Angola* no Tempo absoluto, são construídas em torno de conceitos extralinguísticos e, portanto, tomam como base, mesmo que implicitamente, outras noções temporais. Ao afirmar que o jovem Gaspar abandonou seus familiares muito cedo, o interlocutor, obviamente, pressupõe que haja uma idade em que se espera que os jovens saiam da casa de seus pais, o que não acontece na situação relatada. Da mesma forma, ao afirmar que o ensino universitário surge muito tarde em Angola, toma-se como base o surgimento desse nível de ensino em outros países do mundo, como Portugal, por exemplo.

Outra questão interessante por nós levantada durante a execução desse trabalho foi a relevância da referência temporal instituída pelo advérbio em contraposição àquela instituída pelo verbo. Considere o exemplo (14):

(14) **Amanhã** faço o trabalho.

Em casos como (14), embora o verbo *fazer* apresente-se no tempo presente, a construção indica futuro, o que mostra que a marca da futuridade não é trazida pelo verbo, mas sim pelo advérbio. Dessa forma, se o advérbio for excluído da oração, o verbo, sozinho, não é capaz de instituir a futuridade. Segundo Mackenzie<sup>9</sup>, o que possibilita construções como essas é que o tempo presente seria, na verdade, um “não passado”, e, portanto, carrega simultaneamente as marcas de presente e futuro. Dada essa “ambiguidade”, há necessidade de se recorrer a meios lexicais capazes de instituir a noção temporal que se deseja, presente ou futuro e, portanto, faz-se uso do advérbio.

Segundo Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 166), no molde de Episódios, a posição de modificador pode ser ocupada por expressões lexicais de Tempo absoluto. Os dados analisados revelam que, em português, modificadores de Tempo Absoluto podem ser morfossintaticamente expressos por meio de palavras, conforme se observa em (15), de sintagmas (16), ou de orações (17):

(15) e acha que os pais **actualmente** podem fazer alguma coisa?  
(PT95:JuventudeOntemHoje)

(16) e (os tremores)... **no primeiro dia**... era intenso. (CV95:IlhaFogo)

(17) Conte-nos um bocadinho da sua situação familiar **quando estava com o pai e mãe**, como é que foi? (Ang97:JovemGaspar)

Considerando que essas três formas de manifestação do Tempo absoluto apresentam propriedades distintas, para maior clareza de exposição, passaremos a descrevê-lo tomando essas formas de expressão.

---

<sup>9</sup> MACKENZIE, J.L. **Informações**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por ananapaulala@gmail.com em 23 de julho 2013.

#### 4.1.1.1 Tempo absoluto oracional

De acordo com a Gramática Discursivo-Funcional, a escolha de certo tipo de oração subordinada é determinada por fatores interpessoais, representacionais e morfossintáticos.

O comportamento recursivo do Nível Representacional possibilita que seus moldes contenham unidades de qualquer nível de complexidade. Estruturas oracionais geradas no Nível Morfossintático são reflexos da complexidade interna dos moldes gerados no Nível Representacional. Assim, a codificação de uma oração adverbial temporal no Nível Morfossintático depende da complexidade do molde gerado para a função semântica Tempo no Nível Representacional.

Posições de argumento e modificador podem ser ocupadas por qualquer camada do Nível Representacional. Como resultado, a classificação de construções subordinadas pode ser efetuada em termos de suas camadas subjacentes, sejam essas pertencentes ao Nível Interpessoal ou Representacional. No caso da subordinação adverbial, cabe à função semântica, representada no Nível Morfossintático pela conjunção, restringir as camadas com as quais ela poderá combinar-se.

Como uma camada mais alta geralmente contém as mais baixas, construções subordinadas podem ser classificadas em termos da camada mais alta que elas contêm. Além disso, uma vez que cada camada traz seu próprio conjunto de operadores e modificadores, podemos prever quais operadores e modificadores pertencentes à camada mais alta uma oração subordinada contém, bem como os mais baixos. Modificadores e operadores pertencentes a camadas mais altas do que a da oração subordinada não podem se expressar nela. Considere o exemplo (18):

- (18) Marx disse que um país se tornaria socialista, **quando a sua relação de produção capitalista se tornasse altamente desenvolvida.** (Bra87:EconomiaSociedade)

Na ocorrência (18), a oração temporal *quando a sua relação de produção capitalista se tornasse altamente desenvolvida* é um Estado-de-Coisas. Como já mencionado, essa camada pode ser qualificada quanto às propriedades de sua ocorrência, por meio de modificadores que indicam lugar, frequência, realidade e propósito, dentre outros. Em (18a), essa oração é restringida pelo modificador de realidade *de fato*:

(18a) Marx disse que um país se tornaria socialista, quando a sua relação de produção capitalista se tornasse, **de fato**, altamente desenvolvida.

Observe que a camada do Estado-de-Coisas não pode ser modificada, por exemplo, por um modificador de Conteúdo Proposicional:

(18b) Marx disse que um país se tornaria socialista, \*quando a sua relação de produção capitalista se tornasse altamente desenvolvida **felizmente**.

Como já dito, a oração temporal é caracterizada como um modificador, cuja função se define por instaurar o Tempo de ocorrência do evento veiculado por um núcleo, representado pela oração matriz. Conforme argumentamos, a oração temporal constitui um Estado-de-Coisas que, por sua vez, corresponde ao núcleo de uma entidade *t*, representante da categoria semântica Tempo.

Como apontado por Comrie (1985), o Tempo absoluto é aquele que toma como ponto de referência o momento da fala, ou momento da enunciação para estabelecer o Tempo de desencadeamento de um determinado evento. Se fizermos um paralelo com a metáfora da linha do Tempo, proposta por Hengeveld & Mackenzie (2008), podemos dizer que o Tempo absoluto coincide com o “marco zero”.

Partindo do pressuposto de que uma camada mais alta contém as mais baixas e que

podemos prever a camada subjacente de uma oração pela análise dos operadores e modificadores a que ela se submete, podemos concluir que a oração matriz restringida por uma oração temporal que denota Tempo absoluto constitui um Episódio.

A relação temporal comporta, na verdade, três diferentes tipos: posterioridade, anterioridade e simultaneidade (CRISTOFARO, 2003, p. 159).

Segundo Cristofaro (2003, p. 159), a relação de anterioridade envolve dois Estados-de-Coisas ocorrendo em sequência, em que o Estado-de-Coisas dependente antecede o principal no Tempo; a posterioridade, por seu turno, também envolve dois Estados-de-Coisas que ocorrem em sequência; entretanto, o Estado-de-Coisas dependente segue o principal no Tempo, e, portanto, é tomado como seu ponto de referência temporal. O que caracteriza uma relação temporal como simultânea é o fato de os dois eventos envolvidos, principal e dependente, coincidirem na sua realização, ainda que a exata dimensão dessa simultaneidade seja indeterminada ou variável.

A análise das ocorrências oracionais mostra que o Tempo Absoluto será sempre de natureza simultânea, nunca anterior ou posterior, como evidencia (19), em que os eventos *estar para se inscrever no curso* e *enceramento das inscrições*, mesmo que não tenham se realizado exatamente no mesmo momento, são entendidos pelo falante como simultâneos:

- (19) Alberto Torrão, quer dizer, ele foi a pessoa que me deu mais força e infelizmente **quando estava para me inscrever o curso já estava encerrado** mas nem com isso fiquei parado. (Moç83:CantarPintar)

Desse modo, o intervalo de tempo entre os respectivos eventos é irrelevante para os interlocutores e pode ser facilmente recuperado pelo contexto discursivo. Para fins discursivos, os dois eventos podem ser considerados como ocorrendo simultaneamente.

Como mencionado no início, uma oração pode ser constituinte da outra na forma de

oração adverbial, completiva ou predicativa. A oração adverbial, como modificador de uma oração nuclear, uma vez que estabelece o momento de ocorrência do Estado-de-Coisas, caracteriza-se como um constituinte de oração. A ocorrência (20) constitui um caso de relação adverbial, uma vez que a oração temporal *quando eu cheguei lá no, em Porto Alegre* constitui o modificador da oração núcleo *eu tirava foto de um monte de coisa* denominada, então, principal. Esse modificador tem a função de localizar temporalmente o evento descrito na oração principal.

(20) **quando eu cheguei lá no, em Porto Alegre**, eu tirava foto de um monte de coisa. (Bra80:SurpresasFotografia)

Dessa forma, no Nível Morfossintático, as orações envolvidas nas construções temporais relacionam-se pelo processo de Subordinação, específico da camada da Oração. As duas orações juntas formam uma única Expressão Linguística.

Orações subordinadas podem ser distinguidas das principais (i) pela presença ou ausência de conjunção; (ii) pela presença ou ausência de formas verbais específicas; (iii) pela presença de uma marca especial nos argumentos (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p. 353).

Em português, orações subordinadas, quando na forma desenvolvida, diferem de suas orações principais pela presença da conjunção em posição inicial. Uma conjunção, mais do que ligar orações, tem participação ativa na expressão do sentido de uma construção, uma vez que expressa a função semântica que a oração subordinada desempenha dentro da oração principal.

Embora autores como Kury (1985) elenquem uma série de conjunções temporais<sup>10</sup>, os dados mostram que a conjunção prototípica para marcar o Tempo absoluto oracional em português é *quando*, conforme exemplifica (21). Entretanto, há possibilidade de ocorrer outras conjunções, com a conjunção *enquanto*, conforme se vê em (22), no Episódio formado por vários Estados-de-Coisas:

(21) Enrolavam aquilo, **quando** aquilo estava em fio. (PT96:Linho)

(22) Então ali nós acordamos estas crianças, apesar que é um pouco de sacrifício, não é, eh, e é, é incomodar a criança **enquanto** está a dormir. (Ang97:Meninos de Rua)

Nossos resultados quanto ao uso das conjunções corroboram os resultados obtidos por Braga (1997) que, ao também estudar o comportamento das orações temporais em um *córpus* oral, verificou a recorrência do conector *quando*.

Outra propriedade das orações temporais absolutas é serem sempre factuais. Factualidade, conforme definido por Pérez Quintero (2002), indica Estados-de-Coisas considerados reais, a exemplo de *ver que vinha um rapaz atrás de si*, em (23):

(23) E então **quando viu que vinha aquele rapaz atrás de si**, o que é que pensou?  
(PT97:NamoroOutrosTempos)

Em orações introduzidas por *quando*, o tempo verbal da oração temporal é quase sempre o mesmo tempo da oração principal, ou seja, obedece ao princípio de concordância de tempos. O modo, entretanto, pode variar com mais frequência. A ocorrência (24) exemplifica um caso em que o verbo da oração-modificador encontra-se no futuro do subjuntivo, enquanto o verbo da oração principal, no presente do indicativo:

(24) então quando **voltares** cá a jantar faço esse. (PT70:Bavaroise)

---

<sup>10</sup> Segundo Kury (1985, p. 104), orações temporais podem ser introduzidas pelas seguintes conjunções: *quando*, *enquanto*, *depois que*, *desde que*, *que*, *logo que*, *assim que*, *até que*, *apenas*, *mal*, *sempre que*, *tanto que*, *agora que*, *até que*, *todas as vezes que*, *(de) cada vez que*, *sem que (= antes que)*, etc.

Considerando que uma oração subordinada pode ser classificada em termos da camada mais alta que ela contém, em (24), a oração temporal é considerada um Conteúdo Proposicional, representado pelo tempo futuro expresso no verbo *voltar*. Ainda na perspectiva de Pérez Quintero (2002), podemos afirmar que, tal como (23), a oração temporal em (24) é também factual, uma vez que Conteúdos Proposicionais verdadeiros são considerados factuais. Em (24), embora a vinda do interlocutor ainda não tenha se concretizado, o Falante acredita que esse fato se concretizará e, portanto, o considera verdadeiro.

Os dados revelam ainda que os sujeitos das duas orações envolvidas, de modo geral, são idênticos. Essa propriedade, aliada ao fato de os verbos do núcleo e do modificador apresentarem-se frequentemente no mesmo tempo e modo verbal, indica um alto grau de integração e, portanto, de dependência entre as orações envolvidas.

Outro aspecto revelado pela análise dos dados é que orações temporais preferem ocupar a posição inicial; isso, entretanto, não exclui a possibilidade de ocorrerem pospostas, conforme mostra (26). Como já apontado por Mira Mateus *et al* (1989), orações temporais desenvolvidas, ao contrário de reduzidas de gerúndio e participio, podem ocupar tanto a posição inicial quanto a final. Esses autores defendem que a escolha pela posição se dá em função da informação veiculada pela oração, ou seja, se a informação for conhecida, vem anteposta, se for desconhecida, posposta. A GDF, entretanto, explica a preferência pela posição inicial de outra forma: o que leva uma oração a ocupar a posição inicial é a função pragmática Tópico a ela atribuída no Nível Interpessoal, uma vez que apresenta o cenário temporal sob o qual ocorre o evento veiculado por seu núcleo. Como se sabe, esse tipo de informação tem origem no Componente Contextual, que contém informações sobre as coordenadas espacial e temporal de ocorrência do Estado-de-Coisas. Assim, em (25), a oração *quando se toma a decisão de viver em conjunto* apresenta o cenário dentro do qual se

desencadeia o evento *as coisas têm que tomar um rumo desde o primeiro dia*:

- (25) **quando se toma a decisão de viver em, em conjunto**, as coisas têm que tomar um rumo desde o primeiro dia. (PT96:MaridoIdeal)

Kato, Tarallo *et alli* (1993) também assim entendem, pois consideram que o mais importante é a função e não a forma do adjunto temporal e, como sua função é dar orientação ao evento que o segue, preferem ocupar a margem esquerda. Do mesmo modo, Braga (1997), ao investigar o comportamento das orações temporais no português oral, também chegou a essa conclusão: orações que aparecem antepostas criam o pano de fundo para as orações seguintes (THOMPSON, 1984; FORD, 1988, apud BRAGA, 1997, p. 48); já as pospostas restringem a asserção codificada pela oração núcleo:

- (26) não pode imaginar a impressão de antiquado, de velho, de ultrapassado que eu tenho **quando todas as manhãs vejo chegar o Diário de Notícias à minha casa**. (PT73:Jornalismo)

Em (26), fica evidente que, para o falante, sentir-se *antiquado, velho e ultrapassado* compreende um evento que se materializa em uma situação muito específica: *ao ver chegar o jornal pela manhã*. É por essa razão que, conforme já afirmava Thompson (1984), orações pospostas são encaradas como restritoras do núcleo a que estão relacionadas, por isso, constituem modificadores, no Nível Representacional, que quando têm a função de Tópico, ocupam a posição própria dessa função, a P<sup>1</sup>.

Fonologicamente, orações temporais são codificadas como Frases Entonacionais (IP). Segundo Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 432), uma Frase Entonacional caracteriza-se por propriedades internas e externas. Internamente, contém um núcleo, isto é, um “ápice sonoro” localizado em uma ou mais sílabas, essencial para a caracterização da Frase Entonacional como um todo. Externamente, é separada de outra por uma pausa, geralmente

menor que a pausa utilizada para separar enunciados. É o que se verifica em (27), em que *quando eles não querem* constitui uma Frase Entonacional, já que há um ápice na primeira sílaba da palavra *querem* e um claro contorno descendente na última sílaba da mesma palavra; *é que já é pior* constitui outra Frase Entonacional, cujo ápice ocorre na última sílaba da palavra *pior*, seguida então de pequena pausa.

(27) [[quando eles não querem] IP1 [é que já é pior] IP2] U (PT96:MaridoIdeal)

#### 4.1.1.2 Tempo absoluto não-oracional

Diferentemente das ocorrências oracionais que, de acordo com nosso levantamento, distinguem apenas dois conectores para expressar o Tempo absoluto, as ocorrências não-oracionais apresentam grande variedade formal das expressões, podendo o Tempo ser codificado tanto como Palavras quanto como Sintagmas. Em termos tradicionais, por advérbios, a exemplo de (28), e locuções adverbiais, conforme (29), que será tratada adiante:

(28) **ontem** saímos daqui, vimos o filme dos Trapalhões, acabou oito horas da noite.  
(Bra80:CriarFilhos)

(29) aí chega **na hora do jantar**, bota lenha fica tudo pretinho outra vez. não tem importância.(Bra80:Fazenda)

Em (28), o advérbio *ontem* toma por escopo o período simples *saímos daqui*. Nos termos da GDF, isso significa afirmar que o modificador temporal *ontem* localiza temporalmente o Episódio *saímos daqui*.

Como já dito, modificadores temporais que atuam na camada do Episódio são distintos daqueles que atuam na camada do Estado-de-Coisas. É por essa razão que a

localização absoluta, propriedade de Episódios, pode ser combinada com a localização relativa, propriedade de Estados-de-Coisas, conforme mostra (30):

(30) **ontem**<sub>TAbsoluto</sub> saímos daqui **depois que José foi embora**<sub>TRelativo</sub>

Em (30), a prova de que o modificador *depois que José foi embora* atua na camada do Estado-de-Coisas e não na camada do Episódio consiste no fato de que esse modificador encontra-se sob o escopo da localização absoluta instituída pelo modificador de Episódio *ontem*, que ocupa posição inicial.

No exemplo (31), a locução adverbial *nessa última fase colonial* corresponde a um modificador de Tempo absoluto que localiza temporalmente um Episódio composto por dois Estados-de-Coisas:

(31) as escolas secundárias multiplicam-se, **nessa última fase colonial**, e enchem-se realmente aí de angolanos de todas as origens. (Ang97:EnsinoAngola)

Como se verifica, em (31) o sintagma *nessa última fase colonial* constitui um modificador de Tempo que restringe o episódio *as escolas secundárias multiplicam-se e enchem-se realmente aí de angolanos de todas as origens*.

As orações *as escolas secundárias multiplicam-se e enchem-se realmente aí de angolanos de todas as origens* constituem Estados-de-Coisas, pois podem sofrer restrição por modificadores de Lugar, Tempo Relativo, Frequência, Realidade, Causa e Propósito. Como se nota nos exemplos (31a) e (31b), essas duas orações podem, perfeitamente, ser modificadas por expressões que indiquem Lugar e Propósito:

(31a) As escolas secundárias multiplicam-se *em Angola*<sub>Lugar</sub>

(31b) (As escolas) enchem-se realmente aí de angolanos de todas as origens *para atender a população*<sub>Propósito</sub>

Em casos como (31), em que o Episódio é formado por mais de um Estado-de-Coisas, as propriedades que constroem a coerência temática, necessária para se considerar uma estrutura como um Episódio, ficam mais evidentes. Dessa maneira, a coerência temática entre os dois Estados-de-Coisas que compõem o Episódio pode ser atestada por apresentarem o mesmo Lugar (Angola), versarem sobre o mesmo Indivíduo (escolas secundárias) e retratarem uma situação passada. Embora os verbos conjuguem-se no presente do indicativo, semanticamente referem-se ao pretérito, representado justamente pelo modificador de Tempo Absoluto *nessa última fase colonial*.

Como mencionado na seção anterior, a análise das ocorrências mostra que o Tempo absoluto será sempre de natureza simultânea, nunca anterior ou posterior, como evidencia (32):

- (32) *nesses três anos eu tive um problema de saúde*, eh, relativo, relacionado com o sistema nervoso central. (PT97:MalDesconhecido)

No exemplo acima, o que faz dos dois eventos envolvidos simultâneos é a coincidência de suas realizações. Entendemos que o *período de três anos* e a *existência do problema de saúde* ocorrem no mesmo intervalo de tempo. Isso não quer dizer que os momentos em que esses eventos se desencadeiam, se desenvolvem e, por fim, cessam sejam exatamente os mesmos. Entretanto, o que importa para o falante é que a relação de simultaneidade que se estabelece entre eles é discursivamente inferível.

Além da preposição *em*, presente no exemplo (32), expressões de Tempo absoluto podem ser introduzidas pelas preposições, *até, desde, entre, a, de e com*.

Isso mostra que o português dispõe de uma variedade considerável de preposições

para introduzir modificadores temporais. Resta-nos, por ora, entender o papel desses itens enquanto participantes da estrutura responsável pela localização temporal de um determinado evento.

Pezatti *et al* (2010), ao investigarem o comportamento das preposições no português, defendem que algumas constituem predicados monovalentes, enquanto outras funcionam como marcadores de funções semânticas. O primeiro grupo é formado por itens lexicais, enquanto o segundo, por itens gramaticais que marcam, no Nível Morfossintático, funções argumentais e não-argumentais do Nível Representacional (PEZATTI *et al*, 2011, p. 107).

As preposições lexicais, representadas por *ante*, *após*, *até*, *contra*, *desde*, *entre*, *sob* e *sobre*, têm seu uso sujeito ao objetivo que o falante tem em mente e à estratégia por ele adotada para alcançar seu propósito comunicativo. Por encabeçarem a construção sintática e exigirem um complemento, essas preposições constituem predicados monovalentes, como mostram (33), (34) e (35):

- (33) e aos treze anos lembra-se de algum drama, eh, como é que eram as noites, a sua sobrevivência e como é que conseguiu **até hoje** manter-se?(Ang97:JovemGaspar)
- (34) porque as crianças, ah, **entre dezoito, dezanove e vinte** é um pouco difícil de serem encontrados num sítio, porque é a hora em que eles vão à procura de, prontos, alguma, alguma coisa para comer e tal (Ang97:Meninos de Rua)
- (35) são tudo coisas que eu já sabia **desde ontem**. (PT73:Jornalismo)

Na ocorrência (33), a preposição *até* comporta-se como um predicado, cujo argumento é a Propriedade *hoje*. Como se nota, não é suficiente para o falante indicar apenas como seu interlocutor sobreviveu durante a adolescência, quando fugiu de casa, mas é necessário também deixar claro qual o limite final do período sobre o qual deseja obter informações. Por isso faz uso da preposição *até*.

A preposição *entre*, no exemplo (34), encabeça o sintagma responsável por localizar

temporalmente o Estado-de-Coisas *é um pouco difícil de serem encontrados num sítio*. Essa localização ocorre na medida em que a construção preposicionada situa o referido Estado-de-Coisas no interior dos extremos representados por *dezoito e vinte* (horas).

Como se pode observar em (35), a preposição *desde* marca um trajeto de distanciamento de um ponto de origem que, no caso, é representado pelo advérbio de Tempo *ontem*.

Os casos acima são exemplos de expressões temporais dotadas de um núcleo configuracional, ou seja, trata-se de expressões formadas por nomes e/ou preposições que requerem um argumento (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p. 259). Ao fazer uso das preposições *até*, *entre* e *desde*, o falante acrescenta informação ao valor dos advérbios tradicionalmente utilizados para localizar temporalmente o evento e, dessa forma, agrega estratégias que contribuirão para que ele possa atingir seu propósito comunicativo. Segundo Pezatti *et al* (2010), por dependerem da escolha do falante, construções dessa natureza não podem ser caracterizadas como obrigatórias.

As preposições gramaticais, por seu turno, têm o estatuto de operadores e são subdivididas em dois grupos: (i) representadas por *a*, *para*, *de*, *em* e *por*, introduzem argumentos e, por serem requeridas pelo termo regente, são fortemente previsíveis; (ii) representadas por *a*, *para*, *de*, *em*, *por*, *com*, e *sem*, introduzem modificadores e não são previsíveis, já que sua escolha se dará em função da natureza do modificador que o falante quer construir. Considere as ocorrências:

(36) e **à noite** (a erupção vulcânica) aconteceu. (CV95:IlhaFogo)

(37) e **de manhã**, elas acordam. (PT97:SerPastor)

(38) **com trinta e dois anos** eu fumo. (Bra80:CriarFilhos)

As preposições *a*, *de* e *com* utilizadas, respectivamente, em (36), (37) e (38) introduzem termos não-argumentais responsáveis por localizar no Tempo seus respectivos Estados-de-Coisas. Como se nota, esses sintagmas não são requeridos por nenhum dos predicados.

É importante destacar que, diferentemente das ocorrências cujo núcleo corresponde a uma preposição lexical, o que vemos nos exemplos de (33) a (35) são sintagmas formados por uma preposição e uma palavra que, sozinha, não marca o Tempo, ao contrário dos termos utilizados nos exemplos de (36) a (38) que, mesmo sem a intervenção das “preposições lexicais” são capazes de localizar temporalmente um determinado evento.

Por constituir uma Propriedade Lexical, o Tempo pode ser modificado por outra Propriedade Lexical, como mostra (39), em que o adjetivo *exacta* exerce a função de modificador da Propriedade *hora*. A ocorrência (40), por seu turno, mostra que o Tempo pode também ser modificado por uma oração relativa, como *que correm*:

(39) então, eu acho que a minha mulher apareceu *na hora exacta* para mim.  
(Bra80:GostoDela)

(40) mas, já pensou que é dif[...], não acha que é difícil, *nos dias que correm*, para uma mulher, ah, ser... profissional de uma coisa qualquer, e a sua vida de, pessoal? combinar as duas coisas. (PT96:MaridoIdeal)

Semelhantemente às categorias semânticas Lugar e Indivíduo, a categoria Tempo também pode ter seu núcleo restringido por Operadores de Lugar e Quantificação (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p. 262), conforme exemplificam (41) e (42):

(41) pois, exacto. e você, **nessa altura** começou a tomar valiums, para, para se acalmar? (PT97:MalDesconhecido)

(42) eh, eh! tinha esse dom, mas não deixava também, **nos dias de festa** de atender aos convites, e como homem literário que era, ia abrilhantar os saraus literários. quer num convento, quer noutra. PT97:AmoresCamilo)

Em (41), a expressão temporal *nessa altura* é formada pelo núcleo lexical *altura*, que é restringido pelo Operador de Lugar *essa*, que especifica o momento em que se desencadeou o Estado-de-Coisas *começou a tomar valliums*. Na ocorrência (42), a construção *nos dias de festa* está especificada pelo Operador de Quantificação, codificado no Nível Morfossintático pelo morfema de plural *-s*.

Os núcleos lexicais que marcam o Tempo absoluto podem, ainda, atuar sob o escopo de estratégias de intensificação ou de aproximação, como mostram, respectivamente, (43), por meio do advérbio *muito* e (44), por meio da expressão *lá para*:

- (43) vamos à conversa com o jovem Gaspar, com... um jovem de vinte e dois anos que em Luanda como outros jovens tem uma situação particular. **muito cedo** abandonou os familiares, por situações que ele próprio vai explicar. (Ang97:JovemGaspar)
- (44) e nessa altura as previsões do, dos estudos feitos, diziam que **lá para setenta e nove, oitenta**, devíamos ter seiscentos. (Ang97:EnsinoAngola)

A relação temporal não-oracional constitui uma Frase Fonológica. De acordo com Hengeveld & Mackenzie (2008), a Frase Fonológica desempenha diferentes papéis de acordo com o tipo de língua: em línguas de acento, como o português, ela contém uma sílaba destacadamente mais forte que marca a queda ou o alçamento dentro da Frase Entonacional. No exemplo (45), o sintagma *agora* (a'gora) constitui um exemplo de Frase Fonológica, que juntamente com as outras Frases Fonológicas, *está lá* e *como relíquia histórica*, constitui uma única Frase Entonacional:

- (45) E **agora** IP está lá como relíquia histórica. (Bra80:Fazenda)

#### 4.1.2 O Tempo relativo

Segundo Comrie (1985), o Tempo relativo pode ser entendido como aquele que se estabelece em função de outro momento, dado pelo contexto, isto é, o momento de referência. Sendo assim, expressões como *depois do café*, *antes do retorno*, etc. podem ser consideradas expressões temporais relativas, pois se estabelecem em função de uma referência contextual (*café*, *retorno*, etc.). Em (46), os termos *antes do início das chuvas* e *depois da chuva* instituem o Tempo de ocorrência do evento nuclear, representados, respectivamente por *isso*, que retoma *as borboletas começam a aparecer, e eclodirem as lagartas*:

- (46) então, as borboletas começam a aparecer. e isso **antes do início das chuvas**, está a ver, que tem toda aquela coisa de... colocar ovos, e **depois da chuva** então para... eclodirem as lagartas... (CV95:Colecionismo)

Como já observado, o Tempo relativo se caracteriza por manifestar-se apenas na camada do Estado-de-Coisas. Estados-de-Coisas são entidades que podem ser avaliadas em termos do seu estatuto de realidade, são qualificados, quanto às propriedades de sua ocorrência, por meio de modificadores que indicam Lugar, Tempo, Frequência, Realidade, Causa e Propósito.

Os termos destacados em (46) qualificam a propriedade de ocorrência do Estado-de-Coisas referente ao Tempo relativo. Desse modo, nesse tipo de construção também se estabelece uma relação de núcleo-modificador, em que o elemento morfossintaticamente marcado é o modificador, ou seja, o constituinte com a função semântica Tempo.

Por seu turno, tanto *antes do início das chuvas* quanto *depois da chuva* se instauram, necessariamente, apoiando-se em outro evento. No primeiro caso – *antes do início da chuva* – a Propriedade *antes* tem como argumento a Propriedade configuracional *início das chuvas*

que, por sua vez, representa um Estado-de-Coisas. No segundo caso, a Propriedade *depois* toma como argumento o Estado-de-Coisas *chuva*. É por essa razão que esse tipo de Tempo é denominado relativo, pois se concretiza e se estabelece enquanto categoria a partir da relação que mantém com outro momento no Tempo.

Tal como a relação temporal absoluta, a relação temporal é uma categoria do Nível Representacional, entre o Estado-de-Coisas nuclear e seu modificador. No Nível Interpessoal, o núcleo e seu modificador temporal representam um único Ato Discursivo, conforme fica claro pelo exemplo em (47):

(47) **Antes** o ensino do português era oficial. (TL99:Regras)

Tal como ocorre com algumas expressões de tempo absoluto, nosso levantamento apontou também expressões relativas especificadas por expressões absolutas, como se vê em (48), em que a expressão de tempo relativo *depois* está restringida pelo modificador de tempo absoluto *nesta altura*:

(48) eh, é assim: eu é raro ter gente a trabalhar. tenho lá, está lá o meu marido, e **depois nesta altura** metemos sempre alguém. (PT95:SaberVender)

Modificadores de Tempo relativo podem ser expressos por meio de Palavras, como *antes* em (49), Sintagmas, como *depois de três ou quatro meses*, em (50), ou Orações, como *depois que eu fui atrop[...], sofri um acidente de carro*, em (51):

(49) bom, eu praticamente, actualmente já existe meninas de rua, mas **antes** nós trabalhávamos só mesmo com meninos de rua. (Ang97:Meninos de Rua)

(50) E as pessoas **depois de três ou quatro meses** acabam por falar português. (TL99:Regras)

(51) **depois que eu fui atrop[...], sofri um acidente de carro** eu não posso me ajoelhar,é. (Bra80:Acidente)

Essas três formas de manifestação do Tempo relativo apresentam propriedades distintas. Dessa forma, para maior clareza de exposição, trataremos das diversas formas de manifestação desse tipo de Tempo separadamente.

#### 4.1.2.1 O Tempo relativo não-oracional

Conforme já observado, o que caracteriza a marcação do Tempo absoluto é o fato de que modificadores temporais dessa natureza instituem o Tempo de ocorrência do evento sem se ancorar em outra referência temporal. Diferentemente o Tempo relativo toma outro momento como ponto de referência.

Em (52), o modificador *depois* indica Tempo relativo, uma vez que toma como referência o momento da *ida a Ouro Preto e Mariana* para indicar o Tempo de ocorrência do Estado-de-Coisas *ir a São João del Rei e Tiradentes*:

- (52) aí, lá fomos nós para Ouro Preto, Mariana e aquilo tudo. **Depois** fomos a São João del Rei e Tiradentes. (Bra80:ArteUrbana)

O levantamento dos dados mostra que, em português, a relação temporal relativa não-oracional é representada por expressões responsáveis por especificar dimensões temporais no Nível Representacional, constituindo sempre uma Propriedade Configuracional ou Lexical. No primeiro caso constitui a tradicionalmente denominada locução adverbial, como *de véspera* em (53); no segundo caso, é expressa por meio de advérbio, como *antes*, em (54), ou por termos que indicam a categoria semântica Tempo, como *momentos*, em (55):

- (53) Quer dizer que tem que se fazer sempre **de véspera**... (PT70:Bavaroise)

(54) Ele já a conhecia **antes**? (PT97:NamoroOutrosTempos)

(55) Nós, nas agências que recebem as notícias das a[...], da United Press, estamos junto do, do telex a receber aquilo que eles estão a saber **momentos antes**. (PT73:Jornalismo)

A ocorrência (56) constitui outro exemplo de Tempo relativo expresso por Propriedade configuracional:

(56) **após a morte**, portanto, o meu pai separou-nos e eu estou, há quase vinte anos que não vejo o meu pai, e nem sei onde está nesse momento. (Ang97:JovemGaspar)

Nessa ocorrência, a expressão de Tempo relativo manifesta-se por meio de uma Propriedade configuracional, pois a Propriedade *após* toma como argumento o Estado-de-Coisas *morte*, estabelecendo assim um Tempo relativo entre o núcleo (*após*) e seu argumento (*morte*). Essa Propriedade configuracional, no entanto, marca o Tempo relativo entre os Estado-de-Coisas a *morte* (da mãe) e a separação dos filhos (*o meu pai separou-nos*).

Em (57), a Propriedade *antes* toma como argumento o pronome *isso*, que, por sua vez, refere-se ao Estado-de-Coisas *pedir ao homem para ensinar algumas músicas*:

(57) a única solução era pedir o homem i[...], a ensinar algumas músicas. e ele disse "olha, a única coisa que posso te dar agora [...] estudar, não sei quantos". eu fiz o mesmo. porque, quer dizer, **antes disso** eu andava lá a tocar [...] sem regras sem nada, sabes, hoje, com o andar dos tempos, devido à, às aulas que o meu sócio me deu felizmente já toco alguma coisa. (Moç83:CantarPintar)

Na verdade, as Propriedades *antes* e *depois* sempre requerem um argumento, que pode estar implícito ou explícito. Esse argumento é o momento de referência, ou seja, o que diferencia a classificação de um Tempo como absoluto ou relativo.

Ao contrário do Tempo absoluto, que pode ser expresso por várias preposições, o Tempo relativo permite apenas ser expresso pela preposição lexical *após*, que indica posterioridade.

Outra maneira de se marcar o Tempo relativo é pelo uso da Propriedade lexical *anterior*, que já traz consigo a clara noção de Tempo relativo. Em (58), *anterior* modifica o Estado-de-Coisas *situação*, e o conjunto todo *na situação anterior* modifica o evento *uma grande agitação*.

- (58) **na situação anterior**, portanto, era uma grande agitação, toda a gente, de algum modo, mandava e afinal ninguém mandava (PT97:TrabalhoPosseTerra)

Ao contrário do Tempo absoluto, que marca apenas a simultaneidade, o Tempo relativo pode marcar duas das três relações distinguidas por Cristofaro (2003). Segundo a autora, a relação de Anterioridade envolve dois Estados-de-Coisas ocorrendo em sequência, em que o Estado-de-Coisas dependente antecede o principal no Tempo. A Posterioridade, por seu turno, também envolve dois Estados-de-Coisas que ocorrem em sequência. Nesse caso, o Estado-de-Coisas dependente segue o principal no Tempo, e, portanto, é tomado como seu ponto de referência temporal:

- (59) Toni, como é que era este trabalho, vocês saíam às noites, iam ao encontro dos grupos de meninos de rua, meninas de rua, também, não é, bom, eu praticamente, actualmente já existe meninas de rua, mas **antes** nós trabalhávamos só mesmo com meninos de rua. (Ang97:Meninos de Rua)
- (60) e a outra amassava-se, já sabe, amassava-se o pão, **depois** acendia-se o forno. (PT94:AmassarCozer)

Em (59), o advérbio *antes* localiza o Estado-de-Coisas *nós trabalhávamos só mesmo com meninos de rua* como anterior à atual situação, ou seja, trabalhar agora também com meninas de rua. No exemplo (60), o advérbio *depois* indica que o evento *acender o forno* deve, necessariamente, ocorrer posteriormente ao evento *amassar o pão*.

Semelhantemente às ocorrências de Tempo absoluto não-oracional, o modificador de Tempo relativo corresponde a uma Frase Fonológica que, por sua vez, constitui com seu

núcleo uma única Frase Entonacional. Em (61), por exemplo, a Frase Entonacional *ele já a conhecia antes* é constituída por várias Frases Fonológicas, uma delas representada pela Palavra *antes*:

(61) Ele já a conhecia **antes**? (PT97:NamoroOutrosTempos)

### **4.1.3 Questões difíceis**

Os resultados expostos na seção anterior mostram a aplicação do modelo da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008) em dados lusófonos de expressões adverbiais de tempo.

Esta seção tem por objetivo apresentar alguns aspectos que necessitam de uma investigação mais aprofundada, uma vez que parecem contradizer alguns princípios da GDF. As questões trazidas nessa seção envolvem principalmente questões relacionadas ao conceito de Episódio.

#### **4.1.3.1. A camada do Episódio**

Um primeiro aspecto refere-se à própria definição de Episódio. Segundo a teoria da Gramática Discursivo-Funcional, Episódios são constituídos por um ou mais Estados-de-Coisas tematicamente coerentes, que mostram continuidade de Tempo, Lugar e Indivíduos e pode ser situada no Tempo absoluto (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 157). Estados-de-Coisas, por sua vez, são entidades que podem ser localizadas no Tempo relativo e podem ser avaliadas em termos do seu estatuto de realidade. Além disso, podem ou não ocorrer ou

acontecer. São qualificados, quanto às propriedades de sua ocorrência, por meio de modificadores que indicam Lugar, Tempo, Frequência, Realidade, Causa e Propósito.

Segundo Mackenzie<sup>11</sup>, distinguir entre modificadores de Episódio e modificadores de Estado de Coisas é uma tarefa muito menos complexa quando se trata de orações inventadas como *Ontem Sheila saiu depois do jantar*<sup>12</sup> ou em narrativas; em geral, a diferença é nítida. Por outro lado, em textos como os que compõem o *cópus* de nosso trabalho, em que não há uma lógica predeterminada, os falantes interagem, influenciam-se mutuamente e podem mudar de tópico várias vezes dentro de um turno, o que, por vezes, torna complicado impor a distinção.

Considere a ocorrência (62):

- (62) é, eu sinto assim, não é, eu, se passo na frente de uma igreja e me dá vontade de entra ali, rezar um pouquinho, vou, rezo... e venho-me embora inclusive não posso me ajoelhar. **depois que eu fui atrop[...], sofri um acidente de carro**  
- foi?  
**eu não posso me ajoelhar, é.** (Bra80:Acidente)

A ocorrência (62) representa o único caso do que se poderia entender como manifestação do tempo relativo em forma oracional. Desconsiderando o truncamento ocorrido em *fui atrop[...]*, a oração *depois que eu sofri um acidente de carro, eu não posso me ajoelhar* constitui um enunciado gramatical, em que a oração *depois que eu sofri um acidente de carro* configura um exemplo de Tempo relativo, já que o predicado monovalente *depois* veicula a noção de posterioridade que se ancora em outra referência temporal, representada pelo argumento *eu sofri um acidente de carro*. A oração temporal *depois que eu sofri um acidente de carro*, constitui o modificador do núcleo *eu não posso me ajoelhar*. Como essa oração adverbial representa um Tempo relativo, só opera na camada do Estado-de-Coisas.

---

<sup>11</sup> Em comunicação pessoal, durante o estágio de pesquisa no exterior (BEPE/FAPESP 2012/15225-5) por mim desenvolvido, sob sua supervisão, no Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), Lisboa, Portugal.

<sup>12</sup> Exemplo extraído de Hengeveld e Mackenzie, 2008, p. 171.

Como se nota, as orações envolvidas nessa construção apresentam verbos conjugados em diferentes tempos: o verbo da primeira oração encontra-se no pretérito perfeito (*sofri*), e o da segunda, no presente (*posso*). À primeira vista, isso não representaria problema algum, dado que a relação que se estabelece entre as orações é de anterioridade e seria esperado que o verbo da oração que indica o fator desencadeador da impossibilidade de ajoelhar-se, situação presente, estivesse no pretérito.

Entretanto, a teoria considera que quando há uma mudança de tempo verbal, há também uma mudança de camada, tendo em vista que a camada do Episódio caracteriza-se por uma continuidade no tempo. Quebrada essa continuidade, um novo Episódio se inicia. Sendo assim, a discrepância entre os tempos verbais das orações envolvidas em (62) é indício de que há, ali, dois Episódios e não dois Estados-de-Coisas, em virtude do tipo de modificador.

Ocorrências como essa indicam que as definições de Estado-de-Coisas e Episódio necessitam ainda de refinamento. Como se verifica pela definição, há a possibilidade de um Episódio ser formado por apenas um Estado-de-Coisas, exatamente o que se observa na maioria das ocorrências de nosso *cópus*. Isso obviamente inviabiliza a verificação da continuidade de Tempo, Lugar e Indivíduos, conforme propõe a definição de Episódio.

Outro aspecto refere-se à dificuldade em se definir com clareza a camada em que o modificador atua em algumas ocorrências do *cópus*, uma vez que a teoria propõe que podemos identificar a camada considerando o tipo de modificador que ela permite.

(63) **Hoje** você pode pensar em produzir o dia inteiro. (Bra80:Planoreal)

A ocorrência (63) apresenta o modificador de tempo absoluto *hoje*, cujo núcleo é *você pode pensar em produzir o dia inteiro*. Corresponde, portanto, a um Episódio, pois é

restringido por um modificador de Tempo absoluto.

No entanto, em (63b), uma sentença claramente possível em português, a oração *você pode pensar em produzir o dia inteiro*, deve ser considerada um Estado-de-Coisas, já que é modificada por um tempo relativo:

(63b) **Depois que o Plano Real foi instituído**, você pode pensar em produzir o dia inteiro.

Outra questão diz respeito a uma construção como (64):

(64) eles não podem ver televisão porque os pais mandam-nos para a cama, porque **de manhã tem que se levantar às sete e um quarto**. (PT95:VidaEstudante)

Como se observa, a oração *tem que se levantar* sofre modificação de dois tempos absolutos, representados pelas expressões *de manhã*, de caráter genérico, e *às sete e um quarto*, de caráter pontual. Ocorrências como essas contradizem a afirmação de que apenas localizações absolutas e relativas podem ser combinadas, já que cada uma delas opera em uma camada, tendo, portanto, diferentes escopos.

As expressões de tempo em (64), entretanto, têm como escopo a mesma oração, o que pode ser comprovado pela alteração da ordem, sem prejudicar o sentido, como em (64b) e (64c):

(64b) tem que se levantar **às sete e um quarto, de manhã**.

(64c) tem que se levantar **de manhã, às sete e um quarto**.

A subseção seguinte trata de aspectos referentes à noção de tempo relativo, à complexidade do sintagma e à relação com o núcleo.

#### 4.1.3.2 Relatividade interna ao sintagma

Como já explicitado, nas palavras de Comrie (1985), o Tempo relativo pode ser entendido como aquele que se estabelece em função de outro momento, dado pelo contexto, isto é, o momento de referência. Desse modo, só é possível caracterizar um tempo como absoluto ou relativo em função de outro momento que não aquele trazido pela própria expressão temporal. É por essa razão que o momento de referência é tão importante na caracterização do Tempo relativo, uma vez que esse só se institui como tal em função daquele.

Grande parte das ocorrências mostra que as expressões de tempo relativo, em português, são formadas por Propriedades de um lugar, cujo argumento pode estar expresso ou ser recuperado pelo contexto. Observe o exemplo (65):

- (65) **depois destes anos de ocupação indonésia**, a situação em Timor alterou-se, eh, nomeadamente a linguística. (TL99:Regras)

Nos termos da GDF, a expressão destacada em (65) corresponde a um *t*, que estruturalmente é entendido como uma Propriedade Configuracional, cujo núcleo é o advérbio *depois*. Esse núcleo, por sua vez, constitui uma Propriedade de um lugar e, portanto, necessita de um argumento, representado por *estes anos de ocupação indonésia*. O sintagma *depois destes anos de ocupação indonésia* representa um Tempo relativo, tendo em vista que o argumento da Propriedade *depois* corresponde ao momento de referência por meio do qual a relação de posterioridade se estabelece como tal.

Contudo, observando a complexidade desses sintagmas, verificamos que, na verdade, a relatividade, como conceituada por Comrie (1985), ocorre entre a Propriedade e seu argumento e não entre o modificador temporal e seu núcleo. Em outras palavras, o Tempo

relativo se estabelece entre *depois* e *ocupação indonésia*, e não entre o modificador *depois destes anos de ocupação indonésia* e seu núcleo *a situação em Timor alterou-se*. Dessa forma, a natureza da relação que se estabelece entre modificador e núcleo é absoluta, pois estabelece o momento pontual em que se desencadeia o evento *a situação em Timor alterou-se*, veiculado pelo núcleo.

Por outro lado, quando a propriedade *depois* estabelece uma relação entre dois Estados-de-Coisas e não entre ela e seu argumento, como em (66), o tempo é relativo, já que obrigatoriamente há uma sequência entre os dois Estados-de-Coisas, inviabilizando a inversão entre eles, como mostra (66b):

(66) Eu tive que operar, depois (tive que) tirar o pedaço do osso. (Bra80:Acidente)

(66b) \* depois (tive que) tirar o pedaço do osso, eu tive que operar.

(67) **Duzentos anos antes de Cristo**, Galeno, um outro médico, ah, grego, conseguiu demonstrar que o que circula nos nossos vasos não é ar mas sim sangue. (PT89:PaiMedicina)

Na ocorrência (67), a expressão *duzentos anos antes de Cristo* apresenta intrínseca relação com o calendário cristão, típico da cultura ocidental. Além disso, casos como esse configuram exemplos do que se pode entender como referência temporal metonímica<sup>13</sup>, isto é: o falante, ao construir a expressão que localiza temporalmente o evento *Galeno conseguiu demonstrar que o que circula nos nossos vasos não é ar mas sim sangue* toma a figura de Cristo como uma referência para estabelecer o período de duzentos anos. Apesar da relatividade que se instaura quando se toma como referência o nascimento de Cristo para estabelecer o ano duzentos, devemos entender que, como um todo, a expressão *duzentos anos antes de Cristo* veicula a noção de Tempo absoluto, pois a expressão que designa um quadro temporal absoluto, representada pelo sintagma *todo*, isola o núcleo sobre o qual atua, construindo em torno dele um cenário temporal particular, específico, exclusivo desse evento.

---

<sup>13</sup> Conforme observado por Mackenzie em comunicação pessoal.

O tempo relativo, entretanto, é interno ao sintagma e não afeta, portanto, a relação deste com seu núcleo. Isso sugere que a relatividade não ultrapassa os limites do sintagma, uma vez que é inerente a ele. Entretanto, a expressão temporal, mesmo que relativa em sua essência, é capaz de instituir a localização absoluta do evento veiculado pelo núcleo.

Essas considerações revelam a necessidade de uma revisão desses conceitos, o que é uma tarefa para estudos posteriores.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, nosso objetivo consistiu em apresentar uma descrição detalhada da relação temporal na lusofonia, tomando como base a teoria da Gramática Discursivo-Funcional, com a finalidade de verificar possíveis diferenças semântico-pragmáticas entre as formas de codificação do Tempo, dispensando atenção especial à marcação dos tempos absoluto e relativo, e, dessa forma, observar como os falantes estabelecem o Tempo na língua falada, bem como as formas de marcação efetivamente utilizadas.

Como propõe a teoria, atestamos que a relação temporal constitui, de fato, um aspecto do Nível Representacional, ou seja, uma categoria semântica, por meio da qual o falante evoca uma entidade *t* responsável por localizar temporalmente outra entidade no mundo real.

A análise dos dados revela que o Tempo apresenta duas naturezas distintas, absoluta e relativa, cada uma delas operando em camadas diferentes. O Tempo Absoluto opera na camada do Episódio, já o Tempo Relativo na camada do Estado-de-Coisas.

Como a expressão temporal, absoluta ou relativa, tem a função de localizar temporalmente um evento, dizemos que se estabelece entre eles uma de relação núcleo-modificador. Como já observado, esse tipo de relação envolve dois elementos: o núcleo, representado pela oração independente e o outro, morfossintaticamente marcado, representado pelo modificador.

As ocorrências de relação temporal levantadas em nosso corpus indicam duas grandes tendências na expressão do Tempo em português: a primeira delas é que a indicação de Tempo absoluto ocorre com mais frequência do que a de Tempo relativo. A segunda aponta para o fato de o Tempo é expresso, preferencialmente, por meios não-oracionais, isto é, por Palavras e Sintagmas.

Tendo em vista o tipo de modificador a que cada camada se submete, entendemos que o núcleo dos modificadores temporais aqui apresentados não será sempre um Estado-de-Coisas, mas poderá também ser um Episódio

Morfossintaticamente, o Tempo pode ser codificado de três diferentes formas: Palavra, Sintagma ou Oração. Nesse último caso, a relação que se estabelece entre oração temporal e oração núcleo é de Subordinação, porque a oração temporal é um constituinte da oração principal.

Os resultados revelam que o Tempo expresso por meio de Palavra adverbial corresponde sempre a uma Propriedade Lexical. Os advérbios *antes* e *depois*, embora configurem Propriedades de um lugar, são considerados Palavras quando não apresentam argumento imediatamente expresso. Sintagmas temporais, por seu turno, constituem uma Propriedade Configuracional, quando introduzidos por preposições lexicais (predicados monovalentes) ou uma Propriedade Lexical, cuja função é marcada por preposição gramatical.

Como já apontado, os falantes preferem valer-se de recursos não-oracionais na marcação do Tempo de ocorrência de eventos. Entretanto, a análise dos dados mostra que tanto Tempo absoluto quanto Tempo relativo podem ser representados por modificadores expressos na forma de Oração, ainda que isso seja raro, em se tratando do Tempo relativo. A codificação do Tempo por meio de oração se caracteriza pela factualidade. Isto se deve ao fato de essas orações codificarem Estados-de-Coisas reais ou Conteúdos Proposicionais verdadeiros. Além disso, há uma tendência de essas construções apresentarem identidade de sujeitos, o que aliado à também frequente ocorrência de verbos no mesmo tempo e modo e ao fato de a oração temporal quase sempre servir de cenário para o evento codificado na oração principal, demonstra a dependência da oração subordinada à sua principal.

Embora os gramáticos elenquem mais de vinte conjunções possíveis para introduzir uma oração temporal, nossa análise indica a ocorrência de apenas duas: *quando* e *enquanto*,

com predomínio da primeira delas.

Fonologicamente, tanto Tempo absoluto quanto Tempo relativo são codificados da mesma maneira: enquanto ocorrências oracionais são codificadas fonologicamente como duas Frases Entonacionais, ocorrências não-oracionais constituem Frases Fonológicas que, por sua vez, integram uma Frase Entonacional.

Ao comparar os dados de ocorrências oracionais com os dados não-oracionais, podemos afirmar que os últimos mostraram-se estrutural e semanticamente mais heterogêneos que os primeiros. Isso se deve ao fato de modificadores não-oracionais poderem ou não ser introduzidos por preposições e, além disso, por codificarem relações de anterioridade, posterioridade e simultaneidade, ao contrário das orações, que podem ser introduzidas, praticamente, por uma só conjunção e codificarem quase sempre a simultaneidade.

Em português, relações de simultaneidade são codificadas por expressões de Tempo absoluto. Relações de anterioridade e posterioridade, por seu turno, são codificadas por expressões de Tempo Relativo.

Esperamos, desse modo, ter atingido o objetivo principal desta pesquisa, que é fornecer uma descrição do comportamento dos modificadores temporais na lusofonia segundo a teoria da Gramática Discursivo-Funcional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A.S. Coordenação e Subordinação – Uma proposta de descrição gramatical. **Alfa**, São Paulo, 1997, pp. 13-37.

ABBOTT, M. Macushi. In: DESMOND, D. C e PULLUM, K. (eds). **Handbook of Amazonian languages**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991, v. 3, p. 23-160.

AIKHENVALD, A.Y. Warekena. In: DESMOND, D. C e PULLUM, K (eds). **Handbook of Amazonian languages**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. v. 4, p. 225-439.

BRAGA, M.L. O discurso oral e as orações de tempo. **Alfa**, São Paulo, 1997, pp. 39-53.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BUTLER, C.S. **Structure and function**: a guide to three major structural-functional theories. Part 1: Approaches to the simplex clause. Amsterdam: John Benjamins, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Structure and function**: a guide to three major structural-functional theories. Part 2: From clause to discourse and beyond. Amsterdam: John Benjamins, 2003b.

COMRIE, B. **Tense**. (Cambridge Textbooks in Linguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

CRISTOFARO, S. **Subordination**. Oxford: University Press, 2003.

CROWELL, T. H. **A Grammar of Bororo**. Ph.D thesis, Cornell University, 1979.

CUNHA, C. F; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

DECAT, M.B.N. Relações adverbiais e gênero do discurso. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, Jan./Jun. 1995, pp. 19-36.

DIK, S. C. **Functional grammar**. Dordrecht: Foris Publications, 1980.

\_\_\_\_\_. **The theory of functional grammar**. Pt I: The structure of the clause. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

\_\_\_\_\_. **The theory of functional grammar**. Pt I: The structure of the clause. New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

\_\_\_\_\_. **The theory of functional grammar**. Pt II: Complex and derived constructions. New

York: Mouton de Gruyter, 1997b.

\_\_\_\_\_. et al. The hierarchical of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J.; BOLKESTEIN, A. M.; VET, C. (Ed.). **Layers and levels of representation in language theory: a functional view**. Amsterdam: John Benjamins, 1990. p. 25-70.

GARCIA, T. S. **As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional**. 2010. 176 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction**. Amsterdam: Jhons Benjamins, 1990, v. II.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

HENGEVELD, K. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: VAN DER AUWERA, J. **Adverbial construction in the languages of Europe**. New York: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

\_\_\_\_\_. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (Ed.). **A new architecture for functional grammar**. New York: Mouton de Gruyter, 2004a. p. 1-21.

\_\_\_\_\_. Epilogue. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (Ed.). **A new architecture for functional grammar**. New York: Mouton de Gruyter, 2004b. p. 363-378.

\_\_\_\_\_. Dynamic expression in FDG. In: GROOT, C. D.; \_\_\_\_\_. **Morphosyntactic expression in Functional Grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005. (FGS, 27).

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L., **Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Functional Discourse Grammar. In: HEINE, B.; NARROG, H. (Ed.). **The Oxford Handbook of Linguistic Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 367-400. Disponível em: <<http://www.home.hum.uva.nl>>. Acesso em: 10 de maio de 2012.

ILARI, R. et al. Considerações sobre ordem dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. de (Org.). **Gramática do português falado: a ordem**. Campinas: EDUNICAMP, 1989. v.1, p. 53-120.

KAKUMASU, J. Urubu-Kaapor. In: DESMOND, D. C e PULLUM, K (eds.), **Handbook of Amazonian languages**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. v.1, 326-403.

KATO, M.A., TARALLO, F. et al. Preenchedores sintáticos nas fronteiras de constituintes. In: CASTILHO, A.T. (Org) **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da UNICAMP, v. 3, 1993.

KENEDY, E. Gerativismo. In: Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Org.). In.: **Manual de**

**linguística** . São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 127-140

KURY, A. da G. **Novas lições de análise sintática**. São Paulo: Ática, 1985.

LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J. THOMPSON, S. A. (Ed.) **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 181-225.

LIMA, L H. da R. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 27 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

LIMA, L H. da R. **Teoria da análise sintática**: iniciação do estudo da estrutura da frase portuguesa. 3 ed. Rio de Janeiro: Tupy, 1956.

MACAMBIRA, J. R. (1970). **A Estrutura Morfo-Sintática do Português**. Fortaleza: Imprensa Universitária da U. F do Ceará.

MATHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN, J. THOMPSON, S. A. (Ed.) **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 275-329.

MIRA MATEUS, M. H. et al. **Gramática da língua portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1989.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: EdUnesp, 2000.

PÉREZ QUINTERO, M. J. **Adverbial subordination in English**: a functional approach. Amsterdam: Rodopi, 2002.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1995.

PEZATTI, E. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Editora Cortez, 2004. p. 165-218.

PEZATTI, E.G. e CUCOLO, G. R. Constituintes adverbiais no início de oração. **Revista do GEL**, São Paulo, v.1, n.1, p. 49-70, 2004.

PEZATTI, E. A relação adverbial nas línguas amazônicas brasileiras. In: **Estudos Linguísticos**. v. 38, São Paulo, p. 139-156, 2009.

SOUZA, M. S. C. **A hipotaxe adverbial temporal: uma abordagem funcionalista**. 1996. 208 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1996.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

São José do Rio Preto, 30 de agosto de 2013.

ANA PAULA DE OLIVEIRA.